

INTRODUÇÃO

A identidade da pessoa e o nosso acesso a ela tornou-se um ponto central no discurso bioético actual. A pessoa é sujeito de direitos e a ela é devido um certo tratamento, isto é, ser uma pessoa e ser reconhecido como tal instaura uma obrigação de ser respeitado. Este trabalho visa analisar uma das abordagens da questão da pessoa desenvolvida no seio da bioética: concretamente, pretende analisar as bases da visão ‘gradualista’ da pessoa proposta por Peter Singer, professor de Filosofia australiano, actualmente diretor dos Seminários de Bioética do *University Center for Human Values*, na Universidade de Princeton, no seu livro *Practical Ethics*¹. Em seu entender, o ser humano adquire gradualmente a condição de pessoa; mais do que mencionar um sujeito, o termo ‘pessoa’ indica um conjunto de notas de que os seres humanos podem carecer, ou possuir em grau variável, não estando por isso garantido que todos sejam pessoas ou, podendo sê-lo, sê-lo-ão em maior ou menor grau.

Neste seu escrito, hoje na terceira edição, é fácil identificar um eixo central, ao longo do qual toda a argumentação se desenvolve, a saber, a intenção de rejeitar a tese do carácter sagrado e inviolável da vida do ser humano, tema que é recorrente noutros textos seus, e que em *PE* já está presente na introdução:

de facto, pode dizer-se que se há algum aspecto deste livro que o distingue de outras abordagens de temas como a igualdade humana, o aborto, a eutanásia e o ambiente, é o facto de esses temas serem analisados com uma rejeição consciente de qualquer pressuposto de que todos os membros da nossa espécie têm, apenas por serem membros da nossa espécie, qualquer valor distintivo ou inerente que os coloque acima dos membros de outras espécies².

¹ Peter SINGER, *Practical Ethics*, Cambridge, Cambridge University Press, first edition 1979, reprinted 1989; second edition 1993, reprinted 1995; third edition 2011, (= *PE* acrescido da indicação da edição); *Ética Prática*, tradução de A. A. FERNANDES, Lisboa, Gradiva Publicações, 2002. A publicação portuguesa aqui utilizada foi feita a partir da segunda edição do original (= *EP*).

² *PE*², p. ix; *PE*³, p. ix: “in fact it could be said that if there is any single aspect of this book that distinguishes it from other approaches to such issues as human equality, abortion, euthanasia, and the environment, it is the fact that these topics are approached with a conscious disavowal of any assumption that all members of our own species have, merely because they are members of our species, any distinctive worth or inherent value that puts them above members of other species” (tradução segundo *EP*, p. 11). O esclarecimento mais aprofundado do perfil desta obra segue à reação de leitores à temática abordada. Na primeira edição a introdução, limitada a apenas duas páginas, não é ainda tão detalhada. Mas o tema de santidade de vida, inicialmente apresentado no seu primeiro capítulo *About ethics*, será retomado ao longo de outros capítulos, e mantido nas edições seguintes (cf. *PE*¹, p. 13).

A discussão em torno do conceito ‘pessoa’ desenvolvida em *PE* serve, como se procurará mostrar, este objectivo global.

Ao compararmos as três edições de *PE*, a primeira de 1979, a segunda de 1993, e a terceira e última, portanto a de maior actualidade, de 2011, detectam-se frequentes alterações no corpo do livro. Singer não se limita a actualizar um aspecto ou outro dos assuntos abordados em cada uma das três edições, de forma a ter em conta os resultados da pesquisa na área médica e a sua aplicabilidade na clínica, que lançam a todo instante novos desafios à bioética. Nas edições mais recentes Peter Singer altera significativamente o texto original: chega a retirar e a acrescentar capítulos inteiros, ou apenas algumas partes destes, com o objectivo de dar resposta às reacções que o texto suscitou nos leitores e também para atender às prioridades temáticas contemporâneas de cada nova edição.

Em todo o caso, é possível identificar uma base comum que permanece nas três edições. Desse fundo comum fazem parte, entre outras, as seguintes teses: uma idêntica visão do que é a ética e o agir eticamente, a defesa da igualdade entre todos os seres vivos (leia-se aqui seres humanos e animais não humanos), uma idêntica consideração do alcance ético do gesto de dar morte a um animal (seja um animal não humano ou um ser humano), e a tese do gradualismo, de que nos ocuparemos nesta dissertação.

Mesmo este núcleo referencial sofre, no entanto, algumas alterações. As variantes a este núcleo fazem-se notar em alterações nos capítulos já existentes: assiste-se, por um lado, a uma certa mudança de linguagem, tornando-a ou mais específica (o título do capítulo seis passa de *Tirar a vida: aborto*³ na primeira edição a *Tirar a vida: o embrião e o feto*⁴, nas restantes) ou menos controversa (no que diz respeito, por exemplo, ao aborto ou à eutanásia de seres humanos com graves limitações de saúde); e, por outro lado, são acrescentados novos subtítulos nos capítulos já existentes⁵, além da já referida inclusão de novos capítulos⁶.

³ *PE*¹, p. 106: “*Taking life: abortion*” (salvo indicação contrária, as traduções são minhas).

⁴ *PE*², p. 135; *PE*³, p. 123: “*Taking life: The Embryo and the Fetus*” (tradução segundo *EP*, p. 155).

⁵ Por exemplo, o subtítulo *A Concluding note: Equality and Disability* é acrescentado dentro do segundo capítulo - *Equality and Its Implications* - da segunda edição (*PE*², pp. 51 ss), assim como o subtítulo *The Status of The Embryo in The Laboratory* no capítulo seis (*PE*², pp. 156 ss), e mantido na terceira edição (*PE*³, pp. 144 ss), e ainda o novo subtítulo neste mesmo capítulo presente na segunda edição *Making Use Of The Fetus* (*PE*², pp. 163 ss) mas removido da terceira (o conteúdo foi distribuído por outras

Na introdução da terceira edição o próprio Singer apresenta uma espécie de balanço da evolução de *PE*, que culmina no reconhecimento da fragilidade da ética no confronto com um mundo em constante progresso:

Embora não tenha alterado os meus pontos de vista sobre aqueles temas - a eutanásia e o aborto - contra os quais se dirigiram a maioria dos protestos, esta terceira edição é significativamente diferente da primeira e da segunda. Cada capítulo foi reformulado, o material factual foi actualizado, e onde a minha posição tem sido incompreendida pelos meus críticos, tentei torná-la mais clara. Em algumas questões surgiram novas perguntas e novos argumentos pertinentes para questões antigas. Na discussão sobre o estatuto moral da vida humana precoce, por exemplo, os avanços científicos levaram a um novo debate sobre a destruição de embriões humanos para se obterem células estaminais. A compreensão científica crescente sobre o que é a vida humana precoce não só deu lugar à esperança de grandes progressos no tratamento de doenças, mas também demonstrou que muitas células - não só o óvulo fertilizado - possuem o potencial para iniciar uma nova vida humana. Temos de perguntar se isso muda os argumentos sobre o estatuto moral dos embriões humanos e, em caso afirmativo, de que forma⁷.

Como pano de fundo das abordagens desenvolvidas em *PE* encontra-se uma visão utilitarista da ética. No capítulo quatro, ao tratar a questão da morte dos seres vivos⁸, Singer apresenta as variações possíveis do pensamento utilitarista. Começa a descrição com o chamado ‘utilitarismo clássico’, que “ajuíza os atos pela sua tendência para maximizar o prazer ou a felicidade e minimizar a dor ou a infelicidade”⁹. Passa em

partes), além do *The Fetus as a Sentient Being* (*PE*³, pp. 136 ss) e do *Two More Arguments Against Abortion* (*PE*³, pp. 141 ss) que só aparecem nesta última.

⁶ É o caso do capítulo *The Environment* nas segunda e terceira edições (*PE*², pp. 264 ss; *PE*³, pp. 238 ss), e do capítulo *Civil Disobedience, Violence and Terrorism* apenas na terceira edição (*PE*³, pp. 256 ss).

⁷ *PE*³, pp. ix-x: “Though I have not changed my views on those topics – euthanasia and abortion – against which most of the protests were directed, this third edition is a significantly different from the first and the second editions. Every chapter has been reworked, factual material has been updated, and where my position has been misunderstood by my critics, I have tried to make it clearer. On some issues, new questions and new arguments relevant to old questions have emerged. In the discussion of the moral status of early human life, for instance, scientific advances have led to a new debate about the destruction of human embryos to obtain stem cells. The developing scientific understanding of early human life has not only given rise to hopes of major gains in treating disease; it has also demonstrated that many cells – not only the fertilized egg – contain the potential to start a new human life. We need to ask whether this changes the arguments about the moral status of human embryos and, if so, in what way”.

⁸ Cf. *PE*¹, pp. 72 ss; *PE*², pp. 83 ss; *PE*³, pp. 71 ss.

⁹ *PE*¹, p. 79; *PE*², p. 90: “judges actions by their tendency to maximize pleasure or happiness and minimize pain or unhappiness” (tradução segundo *EP*, p. 110). Na terceira edição esta parte foi reescrita, retirando-se os nomes de Jeremy Bentham, John Stuart Mill e Henry Sidgwick do texto. O citado

seguida a apresentar brevemente o chamado ‘utilitarismo das preferências’, com o qual afirma ter maior afinidade: "julga os actos, [...] pela medida em que concordam com as preferências de quaisquer seres afectados pela acção ou pelas suas consequências"¹⁰.

Dentro deste modelo filosófico Singer resume nestes termos o valor de uma pessoa:

Vimos como pode haver quatro razões possíveis para defender que a vida de uma pessoa possui um certo valor que a distingue da vida de um ser meramente sensível: a preocupação do utilitarismo clássico com os efeitos que uma morte pode provocar nas outras pessoas; a preocupação do utilitarismo das preferências com a frustração dos desejos e dos planos para o futuro da vítima; o argumento de que a capacidade de se conceber a si próprio como algo que existe ao longo do tempo constitui uma condição necessária do direito à vida; e o respeito pela autonomia¹¹.

É com base nesta perspectiva utilitarista que Singer irá abordar ao longo de toda a obra questões de ética prática, nelas se incluindo temas como o aborto, a eutanásia e o óbito pós natal de crianças, entre outros. Vale a pena destacar, no entanto, que, no prefácio à terceira edição, referindo-se à revisão e actualização que introduziu dos capítulos quatro e cinco, respectivamente “Qual é o mal de matar?”¹² e “Tirar a vida: os animais”¹³, Singer reconhece ter introduzido uma mudança significativa:

parágrafo é assim iniciado: “*Classical or hedonistic utilitarianism, as we have already noted, judges actions by their tendency to maximize pleasure or happiness and minimize pain or unhappiness*” (PE³, p. 77).

¹⁰ PE¹, p. 80; PE², p. 94: “*judges actions, [...] by the extent to which they accord with the preferences of any beings affected by the action or its consequences.*” (tradução segundo EP, p. 114). Na terceira edição este texto foi completamente reescrito, incluindo partes novas: “*Preference utilitarianism – the version of utilitarianism that we reach by universalizing our own preferences in the manner described in the opening chapter of this book – gives greater weight to the distinction. According to preference utilitarianism, an action contrary to the preference of any being is wrong, unless this preference is outweighed by contrary preferences*” (PE³, p. 80).

¹¹ PE¹, p. 84; PE², p. 100: “*We have seen that there are four possible reasons for holding that a person’s life has some distinctive value over and above the life of a merely sentient being: the classical utilitarian concern with the effects of the killing on others; the preference utilitarian concern with the frustration of the victim’s desires and plans for the future; the argument that the capacity to have desires about one’s future is a necessary condition of a right to life; and respect for autonomy*” (tradução baseada em EP, p. 120). Na terceira edição foram efetuadas algumas alterações: a preocupação passa a centrar-se em “*the wrongness of taking a person’s life*”; as quatro razões dizem respeito a “*it is especially serious to take a person’s life*”; e o termo ‘utilitarista clássico’ é substituído por “*hedonistic utilitarian*” (cf. PE³, p. 84).

¹² PE¹, p. 72; PE², p. 83; PE³, p. 71: “*What’s Wrong with Killing*” (tradução segundo EP, p. 103).

¹³ PE¹, p. 93; PE², p. 110; PE³, p. 94: “*Taking Life: Animals*” (tradução segundo EP, p. 129).

Na revisão destas secções para esta edição, vi-me incapaz de sustentar de forma segura que a posição que defendi na edição anterior - baseada exclusivamente no utilitarismo das preferências - ofereça uma resposta satisfatória a esses dilemas¹⁴.

Esta consideração sobre a minha posição anterior é a mudança filosófica mais significativa desta edição¹⁵.

Neste seu livro, Singer tem em vista não só rejeitar o pressuposto de que todos os indivíduos da espécie humana são, pelo facto de pertencerem a esta espécie, mais valiosos do que os restantes animais, como também denunciar uma confusão no nosso discurso ético sobre o homem: a que leva a identificar os termos ‘ser humano’ e ‘pessoa humana’. Em seu entender, os dois termos não coincidem nem são coextensivos. Os indivíduos da espécie humana podem ser meros animais ou ser simultaneamente animais e pessoas. Mas a possibilidade de distinguir os dois sentidos do termo ‘homem’ obriga a colocar a questão: como se passa de um a outro? Como chega o ‘animal humano’ a tornar-se uma ‘pessoa’?

É desta questão que se ocupa o presente trabalho. Procurar-se-ão identificar os pressupostos em que assenta a resposta de Singer a esta pergunta, e que o levaram a defender uma visão ‘gradualista’ da condição pessoal. O que está na origem da ‘pessoa’? Como pode um ‘mero animal’ chegar com o tempo a ‘tornar-se uma pessoa’? O que significa dizer que uma determinada pessoa, um sujeito humano pessoal, ‘deixou de ser pessoa’? Pode admitir-se um dualismo que leve a distinguir entre a dimensão material do ser humano, a *res extensa*, e a sua dimensão mental, a *res cogitans*, sem unidade original? Que sentido tem a distinção entre ‘vida biológica’ e ‘vida biográfica’? É possível dar razão ao facto de que alguns membros da espécie humana têm os dois tipos de vida e outros apenas um?

Esta dissertação divide-se em três partes. A primeira parte visa identificar os pressupostos teóricos – sobretudo antropológicos – do gradualismo. O que levou Singer a propor uma visão gradualista da pessoa? Para isso será necessário clarificar os

¹⁴ Mais precisamente Singer refere-se à seguinte situação: geração de novos seres vivos (humanos ou não) para substituir um semelhante morto (tanto por morte natural como provocada); considera agora que deve ter-se em conta o crescimento populacional e suas implicações (cf. *PE*³, p. x).

¹⁵ *PE*³, p. x: “In revising these sections for this edition, I have found myself unable to maintain with any confidence that the position I took in the previous edition – based solely on preference utilitarianism – offers a satisfactory answer to these quandaries. That consideration of my earlier position is the most significant philosophical change to this edition”.

conceitos de ‘homem’ e de ‘pessoa’ e explicar a confusão que, em seu entender, acompanha o nosso discurso sobre o homem. Na segunda parte, analisam-se as próprias teses gradualistas. O que significa dizer que o termo ‘pessoa’ nos convém em grau variável? De onde provém e como se perde esse estatuto? Por último, na terceira parte, questionar-se-á a consistência da abordagem singeriana. É possível que um ser não pessoal devesse ser pessoal ou que aquele que alguma vez teve esse estatuto o venha a perder? A discussão incidirá sobre o significado da expressão, consagrada entre outros por Singer, de ‘pessoa em potência’ (*potential person*)¹⁶. Os fundamentos e as razões do gradualismo de Singer serão abordados a partir unicamente da sua obra mais emblemática – *Practical Ethics* – por ser o texto no qual, ao longo dos últimos trinta anos, de forma mais sistemática Singer expôs e defendeu esta tese. Ter-se-ão em conta as suas três edições. Além de fixar a tese do autor, o trabalho abordará também as diversas críticas de que foi objecto a tese do australiano, na medida em que contribuíram para a sua evolução e o obrigaram a aprofundar e a rever algumas posições iniciais.

¹⁶ O conceito de ‘potencialidade’ aparece no capítulo seis de *PE* (*PE*¹: “*Taking life: abortion*”; *PE*², *PE*³: “*Taking life: The Embryo and the Fetus*”) em termos como ‘*potential life*’ (*PE*¹: p. 108; *PE*²: p. 139; *PE*³: p. 126), ‘*potential human being*’ (*PE*¹: p. 119; *PE*²: p. 152; *PE*³: p. 138), ‘*potential person*’ (*PE*¹: p. 121; *PE*²: p. 155; *PE*³: p. 140). Este último passa a ‘pessoa em potência’ na tradução portuguesa (*EP* p. 175). Nos comentários em alemão da obra *PE* os autores fazem uma diferenciação do conceito ‘*potential person*’ ao traduzi-lo do original inglês. Em Rhonheimer, por exemplo, encontramos as expressões ‘*potentielle Person*’ e ‘*Person «in Potenz»*’ na seguinte explicação: “*Ein Fötus jedoch ist keine potentielle Person, weil er schon eine Person ist. Er ist aber eine Person «in Potenz»: Das heißt er besitzt auf Grund seines aktuellen Personseins genau jene Potentialitäten, personale Eigenschaften zu entwickeln (zu «aktualisieren»), die eben nur Personen zukommen können (auch wenn sie noch keine einzige dieser Eigenschaften entwickelt hat)*” (*AUL*, p. 110). Os mesmos termos são traduzidos para o espanhol como ‘*persona potencial*’ e ‘*persona «en potencia»*’ (M. RHONHEIMER, *Ética de la Procreación*, Madrid, Ediciones RIALP, 2004, pp. 198-199). Em outros de seus escritos Singer também não faz a diferenciação acima ao afirmar, por exemplo, “*So if the combination of freezing and the possibility of future discoveries means that a laboratory blastocyst is a potential person, the same combination must now mean that an unfertilized egg in a laboratory is also a potential person*” (*IVFT*, p. 93). Nas críticas escritas em inglês o conceito de ‘potencialidade’ apresenta-se na oposição entre ‘potential’ e ‘actual’, como por exemplo em “*They [very young unborn humans] are not potential lives (as, say, human sperm and ova are). They are actual lives [...]*” (J. A. LAING, “*Innocence and Consequentialism: Inconsistency, Equivocation and Contradiction in the Philosophy of Peter Singer*”, in *HLCB*, p. 205); ou em “*Conception does not bring into existence a potential human being, but an actual human being with the potential to develop, given the right external factors, into a mature human being*” (*AE*, p. 21). Embora a tradução portuguesa não tenha mantido esta diferenciação, os diversos sentidos aqui referidos estão presentes na expressão ‘pessoa em potência’, por que optou a tradução portuguesa. Os sublinhados nas citações acima são de minha autoria.

1. Os pressupostos teóricos do gradualismo de Singer

1.1. Definição de ‘homem’

A antropologia proposta por Singer em *PE* e defendida neste texto consiste em diferenciar dois sentidos do termo ‘homem’ ou da expressão ‘ser humano’ e denunciar uma confusão entre ambos¹⁷. Para Singer, a palavra ‘homem’ não é, como forma de análise e de reconhecimento do que realmente chega a ser um indivíduo humano, usada de forma rigorosamente correcta, já que contamos na prática com dois sentidos distintos do termo, que há que se distinguir com cuidado e usar adequadamente. A necessidade de diferenciação destes dois sentidos baseia-se em comprovações empíricas; com efeito – argumenta ele –, num dos seus sentidos o termo ‘homem’ limita-se a designar um membro qualquer da espécie humana, na medida em que este apresenta, em virtude da sua bagagem genética, as características biológicas próprias do *Homo sapiens*; noutro sentido, pelo contrário, designa muito mais do que isso: usa-se para indicar que um determinado ser da espécie humana apresenta os comportamentos típicos do que chamamos ‘pessoas’.

Para Peter Singer, a confusão destes dois sentidos do termo ‘homem’ leva a atribuir indevidamente a todos os membros da espécie humana (primeiro sentido) as propriedades e as prerrogativas da ‘pessoa’ (segundo sentido) e está na origem do que designa e denuncia como ‘especismo’. A denúncia deste constitui o seu ponto de partida; o problema está na raiz do que qualifica como uma desorientação actual no mundo da ética aplicada, “porque a palavra ‘pessoa’ é muitas vezes usada como sinónimo de ‘ser humano’”¹⁸. Ora, em seu entender, o conceito de ‘homem’ pode referir-se – como vimos – a duas realidades distintas: ao ser, que é membro da espécie *Homo sapiens*, e ao ser que é reconhecido como ‘pessoa’. Segundo Singer, enquanto membro da espécie humana, o ser humano não apresenta nem ‘racionalidade’ nem ‘autoconsciência’, mas somente “a capacidade de sofrer ou de sentir prazer ou

¹⁷ A discussão sobre a diferenciação entre o termo ‘ser humano’ e ‘pessoa’ já se encontra em outros autores com publicações de repercussão e anteriores a *PE* de Peter Singer – só para citar dois exemplos: Judith Jarvis Thomson em 1971 (cf. *DA*, p. 66) e Mary Anne Warren em 1973 (cf. *MLSA*, pp. 43 ss). Os dois artigos estão também na bibliografia de Peter Singer referente ao capítulo seis de *PE*: a analogia do violinista dependente da transfusão de sangue do leitor, sugerida por Thomson, é citada e analisada longamente por Singer (*PE*¹, pp. 113-116, 227; *PE*², pp. 146-149, 367; *PE*³, pp. 132-134, 307), enquanto o artigo de Warren só aparece na lista de textos sobre o ‘aborto’ (*PE*¹, p. 227; *PE*², p. 369; *PE*³, p. 309).

¹⁸ *PE*³, p. 74: “because ‘person’ is often used as if it meant the same as ‘human being’” (tradução segundo *EP*, p. 107). Nas primeiras edições Singer utiliza ‘since’ em vez de ‘because’ (cf. *PE*¹, pp. 75-76; *PE*², p. 87).

felicidade”¹⁹. A prová-lo está – argumenta – o facto de que nem todos os homens apresentam essas características.

Na base daquela confusão encontra-se, segundo Singer, uma certa visão da identidade humana de origem religiosa que, por não ter em conta a sua origem animal, acentua tão fortemente as diferenças entre o homem e os animais não humanos. Por isso, ao discutir as “Diferenças entre seres humanos e animais”²⁰ no capítulo três “Igualdade para os animais?”²¹ de *PE*, Singer reconhece como marco diferenciador na percepção do homem a descoberta da nossa origem animal feita por Darwin, e o declínio da crença numa acção de Deus na criação do homem.

Ora, é esta distinção entre ‘homem’ e ‘pessoa’ que, segundo o filósofo australiano, os defensores da visão tradicional não têm em conta e que os leva a considerar que “a vida humana possui [...] um valor bastante distinto do valor da vida dos restantes seres vivos. A perspectiva de que a vida humana possui um valor único está profundamente enraizada na nossa sociedade e encontra-se consagrada na lei”²².

No seu esforço de precisão conceptual, Singer considera que devem incluir-se no grupo dos ‘seres humanos’ todos os nascidos de pai e mãe humanos: destes indivíduos cabe dizer que são inquestionavelmente indivíduos humanos dado o código genético de que são portadores, o qual, como é bem sabido, se adquire no momento da concepção e é completamente independente da idade cronológica do sujeito ou de qualquer outro factor. E detalha na primeira edição de *PE*:

É possível dar ao conceito ‘ser humano’ um significado preciso. Podemos usá-lo como um equivalente a ‘membro da espécie *homo sapiens*’. [...] não há dúvida alguma no facto de um feto concebido por pais humanos ser um ser humano desde os primeiros

¹⁹ *PE*¹, p. 50; *PE*², p. 58; *PE*³, p. 50: “the capacity to suffer or experience enjoyment or happiness” (tradução segundo *EP*, p. 78). Para designer esta capacidade, Singer utiliza o termo “*sentience*”, de difícil tradução em português.

²⁰ *PE*¹, p. 62; *PE*², p. 72; *PE*³, p. 64: “Differences between humans and animals” (tradução segundo *EP*, p. 92).

²¹ *PE*¹, pp. 48-71; *PE*², pp. 55-82; *PE*³, pp. 48-70: “Equality for animals?” (tradução segundo *EP*, pp. 75-102).

²² *PE*¹, p. 73; *PE*², p. 84; *PE*³, p. 72: “human life has [...] a value quite distinct from the value of the lives of the other living things. The view that human life has unique value is deeply rooted in our society and enshrined in our law” (tradução segundo *EP*, p. 104).

momentos de sua existência, e o mesmo é verdade para o mais grave e irreparavelmente retardado ‘vegetal humano’²³.

A expressão intencionalmente provocadora do final da citação anterior, que visava acentuar o carácter inquestionavelmente humano de todos os membros da nossa espécie, foi depois alterada - como reação às manifestações negativas de organizações europeias, indignadas com o conteúdo da primeira edição - e o autor expressa-se em termos menos controversos na segunda edição:

um embrião concebido a partir de espermatozoides e óvulos humanos é um ser humano; e o mesmo é verdade do ser humano com a mais profunda e irreparável deficiência mental – até mesmo de um bebé anencefálico [...]”²⁴.

Na terceira edição, o texto é de novo reescrito e a informação actualizada, de acordo com o requerido aprofundamento em problemas contemporâneos, que exigem então uma resposta mais precisa: “mesmo de um bebé anencefálico [...]”²⁵. A tese é clara e permanece inalterada no essencial, desde a primeira edição: um indivíduo qualquer da espécie humana é um ser humano, sejam quais forem as circunstâncias ou as deficiências que apresente.

Se, por um lado, admitimos este primeiro sentido objetivo e científico da expressão ‘ser humano’, e se, por outro lado, tivermos em conta as características empíricas actuais de muitos seres humanos, teremos que concluir que não se diferenciam significativamente de outros animais não humanos, nem apresentam sinais nítidos da presença de algo que permita considerá-los como superiores. Isto significa, portanto, que o privilégio fundado na superioridade da espécie e reivindicado para todos os seres humanos deve ser denunciado como um preconceito, denominado ‘especismo’²⁶. Singer denuncia esta pretensão de superioridade como ilegítima e

²³ PE¹, p. 74: “it is possible to give ‘human being’ a precise meaning. We can use it as equivalent to ‘member of the species homo sapiens’. [...] there is no doubt that from the first moments of its existence a fetus conceived by human parents is a human being; and the same is true of the most grossly and irreparably retarded ‘human vegetable’ [...]”.

²⁴ PE², p. 86: “an embryo conceived from human sperm and eggs is a human being; and the same is true of the most profoundly and irreparably intellectually disabled human being, even of an infant who is born anencephalic [...]” (tradução segundo EP, p. 106).

²⁵ PE³, p. 73: “even of an anencephalic infant”.

²⁶ Cf. PE¹, pp. 48 ss; PE², pp. 55 ss; PE³, pp. 48 ss. Sobre a origem e o significado do termo ‘especismo’ cf. www.britannica.com/EBchecked/topic/1304228/speciesism consultado em 21.03.2013: “speciesism, in applied ethics and the philosophy of animal rights, the practice of treating members of one species as morally more important than members of other species; also, the belief that this practice is justified. The

infundada e coloca-a no mesmo patamar que o racismo e o sexismo. Ao tratar da vida consciente, que confere a um indivíduo o estatuto de ‘pessoa’, afirma:

Há muitos seres que são conscientes e capazes de experimentar prazer e dor, mas não são racionais e autoconscientes e portanto não são pessoas. Muitos animais não-humanos quase de certeza que se enquadram nesta categoria; devem igualmente enquadrar-se os recém-nascidos e alguns deficientes mentais²⁷.

O esforço por dotar de um sentido rigoroso o termo ‘homem’ leva Singer a propor uma definição que se funda unicamente sobre uma consideração empírica de seu perfil biológico, tendo em conta a sua bagagem genética (único fator diferencial entre o ser humano e os animais não humanos). A este conceito corresponde um ser que, como membro da espécie humana, chega a sê-lo única e indiscutivelmente por uma herança genética recebida no momento da fecundação, resultante da união de gâmetas provindos de um casal pertencente à espécie *Homo sapiens*. Este facto chega para identificar um ‘homem’ e basta para o definir. Neste sentido, ‘ser homem’ não implica de modo nenhum que estejamos na presença de qualquer propriedade mais nobre, como ‘racionalidade’ e ‘autoconsciência’, mas é radicalmente independente dessa possibilidade.

1.2. Definição de ‘pessoa’

A distinção dos dois sentidos do termo ‘homem’ obriga a procurar precisar o segundo sentido antes mencionado. Neste segundo sentido, a expressão ‘ser humano’ entende-se como sinónima de ‘pessoa humana’. Na medida em que, para Singer, o segundo sentido não coincide com o primeiro e deve ser cuidadosamente distinguido

notion has been variously formulated in terms of the interests, rights, and personhood of humans and animals and in terms of the supposed moral relevance of species membership. The term speciesism was introduced by the English philosopher Richard Ryder in the 1970s and subsequently popularized by the Australian philosopher Peter Singer. Ryder, Singer, and other opponents of speciesism have claimed that it is exactly analogous to racism, sexism, and other forms of irrational discrimination and prejudice”; Richard D. RYDER, “Speciesism Again: the original leaflet”, Critical Society, 2010 in www.criticalsocietyjournal.org.uk/Archives_files/1.%20Speciesism%20Again.pdf consultado em 29.01.2013.

²⁷ PE¹, p. 84: “There are many beings who are conscious and capable of experiencing pleasure and pain, but are not rational and self-conscious and so not persons. Many nonhuman animals almost certainly fall into this category; so must newborn infants and some mental defectives”. Na segunda edição os termos são mais cuidadosos: “There are many beings who are **sentient** [marcação minha] and capable of experiencing pleasure and pain, but are not rational and self-conscious and so not persons”. E acrescenta uma frase intermediária para melhor especificar a situação: “I shall refer to these beings as conscious being” (PE², p. 101). Na terceira edição altera a frase, especialmente a parte acrescentada: “I shall refer to these as ‘merely conscious’ being” (PE³, p. 85).

dele, os termos ‘homem’ e ‘pessoa’ devem também distinguir-se cuidadosamente. Só num dos seus sentidos, o termo ‘homem’ pode ser entendido como significando uma ‘pessoa’. Correlativamente, nada impede que o termo seja aplicável a alguns animais não humanos. Isto é, o termo não está necessariamente limitado à espécie *Homo sapiens* nem abarca todos os membros desta espécie.

Mas, ao contrário do que ocorria no primeiro sentido do termo ‘homem’, a delimitação do conceito de ‘pessoa’ é mais complexa e menos consensual. Peter Singer adopta a definição de outros pensadores, referindo-se nominalmente a John Locke, Joseph Fletcher e Michael Tooley. Em vez de definir expressamente o conceito de ‘pessoa’, como fez para o primeiro sentido da expressão ‘ser humano’, Singer prefere aludir aos ‘indicadores de humanidade’ sugeridos por Fletcher - teólogo protestante dedicado à ética e, em seu entender, “uma figura importante no desenvolvimento da bioética”²⁸ – e apresenta-os assim:

«indicadores de humanidade», que inclui o seguinte: autoconsciência, autodomínio, sentido do futuro, sentido do passado, capacidade de se relacionar com outros, preocupação pelos outros, comunicação e curiosidade. É este o sentido do termo que temos em mente quando elogiamos alguém dizendo que «é muito humano» ou que tem «qualidades verdadeiramente humanas». Quando dizemos tal coisa, não estamos, é claro, a referir-nos ao facto de a pessoa pertencer à espécie *Homo sapiens*, que, como facto biológico, raramente é posto em dúvida; estamos a querer dizer que os seres humanos possuem tipicamente certas qualidades e que a pessoa em causa as possui em elevado grau²⁹.

Do cruzamento destes ‘indicadores de humanidade’ com a definição de ‘pessoa’ de John Locke - “um ser inteligente e pensante dotado de razão e reflexão e que pode considerar-se a si mesmo aquilo que é, a mesma coisa pensante, em diferentes

²⁸ PE¹, p. 74; PE², p. 86: “Joseph Fletcher, a Protestant theologian and a prolific writer on ethical issues”; PE³, p. 73: “Joseph Fletcher, a major figure in the development of bioethics”.

²⁹ PE¹, p. 75; PE², p. 86; PE³, p. 73: “‘Indicators of Humanhood’ which includes the following: self-awareness, self-control, a sense of the future, a sense of the past, the capacity to relate to others, concern for others, communication, and curiosity’. This is the sense of the term which we have in mind when we praise someone by saying that she is ‘a real human being’ or shows ‘truly human qualities’. In saying this we are not, of course, referring to the person’s membership in the species «*homo sapiens*» which as a matter of biological fact is rarely in doubt; we are implying that human beings characteristically possess certain qualities, and this person possesses them to a high degree” (tradução segundo EP, p. 106). Fonte indicada por Peter Singer em “Notes, References and Further Reading” (PE¹, p. 224; PE², p. 364; PE³, p. 302): Joseph FLETCHER, “Indicators of Humanhood: A Tentative Profile of Man”, *The Hastings Center Report*, Vol. 2, no. 5, 1972.

momentos e lugares”³⁰ – Singer retém como “duas características cruciais” da pessoa a ‘racionalidade’ e a ‘autoconsciência’. E toma a liberdade de deduzir: “É muito possível que Fletcher concordasse que estas duas características são centrais e que as restantes decorrem mais ou menos delas”. Simplificando, portanto, a característica de Fletcher, Singer propõe que se tome a ‘pessoa’ como sinónimo de um ser racional e autoconsciente; o termo servirá “para captar os elementos do sentido popular de «ser humano» que não são abrangidos pelo termo «membro da espécie *Homo sapiens*»”³¹.

A nova definição de ‘pessoa’ tem implicações éticas imediatas. Uma vez que são as pessoas, não os seres humanos, que são sujeitos de direitos, Singer conclui em seguida:

Tirar a vida de uma destas pessoas [um ser autoconsciente] sem o seu consentimento significa frustrar os seus desejos relativos ao futuro. Matar um caracol ou um recém-nascido com um dia não frustra nenhuma aspiração deste tipo, porque os caracóis e os bebés são incapazes de semelhantes desejos³².

Não admira por isso que, ao criticar a influência da visão cristã de ‘pessoa’ na ética e na bioética ocidentais, Singer afirme na terceira edição, esperançoso: “Agora que estamos a reavaliar a nossa visão especista da natureza, também é hora de reavaliar a nossa crença na santidade da vida dos membros da nossa espécie”³³.

A nova definição de ‘pessoa’ não está isenta de problemas. Seguindo Tooley, Singer reconhece que não é fácil conectar de forma rigorosa os direitos e a

³⁰ PE¹, p. 76; PE², p. 87; PE³, p. 74: “A thinking intelligent being that has reason and reflecting and can consider itself as itself, the same thinking thing, in different times and places” (tradução segundo EP, p. 108). Fonte indicada por P. Singer em “Notes, References and Further Reading” (PE¹, p. 224; PE², p. 364; PE³, p. 302): John LOCKE, *Essay Concerning Human Understanding*, BK II, Ch. 9, Par. 29.

³¹ PE¹, p. 76; PE², p. 87: “Quite possibly Fletcher would agree that these two are central, and the others more or less follow from them. [...] to capture those elements of the popular sense of ‘human being’ which are not covered by ‘member of the species homo sapiens’” (tradução segundo EP, p. 108). Na terceira edição substitui o termo ‘self-conscious’ por ‘self-aware’ e acrescenta: “I take ‘self-conscious’ and ‘self-aware’ to mean the same thing” (PE³, pp. 74-75). Uma listagem de ‘indicadores de humanidade’ é sugerida por Warren em 1973, a princípio semelhante à de Fletcher, mas priorizando como Singer a ‘autoconsciência’ e a ‘razão’ (cf. MLSA, p. 55).

³² PE¹, p. 78; PE², p. 90: “To take the lives of any of these people [a self-conscious being], without their consent, is to thwart their desires for the future. Killing a snail or a day-old infant does not thwart any desires of this kind, because snails and newborn infants are incapable of having such desires” (tradução segundo EP, p. 110). Na terceira edição o texto citado sofre alterações e acréscimos, mas mantém a ideia central (cf. PE³, pp. 76-77).

³³ PE², p. 89; PE³, p. 76: “Now that we are reassessing our speciesist view of nature, however, it is also time to reassess our belief in the sanctity of the lives of members of our species”. Na primeira edição lê-se ‘our specialist view of nature’ no lugar de ‘our speciesist view of nature’ (PE¹, p. 78).

‘autoconsciência’ (em virtude da qual um ser se torne sujeito de desejos), “pois há casos problemáticos, como os de pessoas que estão adormecidas ou temporariamente inconscientes”. No entanto, acaba por conceder que “só um ser capaz se conceber a si próprio como uma entidade distinta que existe ao longo do tempo – ou seja, só uma pessoa – poderia ter esse desejo. Logo, só uma pessoa poderia ter direito à vida”³⁴.

Singer não dá muito mais elementos para caracterizar o segundo sentido da expressão ‘ser humano’. Tendo começado por definir os membros da espécie humana pela sua dotação genética, é agora levado a apresentar uma visão ostensiva de ‘pessoa’, que parte da percepção empírica por terceiros da presença de determinadas propriedades num determinado ser, a quem poderá ser então atribuído este estatuto. Este conceito atribui-se a um ser, que chega a ser pessoal única e indiscutivelmente pela presença simultânea de duas propriedades básicas, a ‘racionalidade’ e a ‘autoconsciência’, e esta presença detecta-se pelas suas manifestações. Isto não implica em absoluto que esse ser pertença a uma determinada espécie, mas é independente desse facto. E por não ser um conjunto de notas associado a uma espécie, pode englobar tanto seres humanos como animais não humanos.

1.3. Dissociação entre ‘ser humano’ e ‘ser pessoal’

Uma vez esclarecidos os dois sentidos fundamentais de ‘ser humano’, ou o significado de ‘homem’ e de ‘pessoa’, Singer conclui que é evidente a diferença de significado de ambos. Embora reconheça que os dois termos são frequentemente usados como sinónimos no dia-a-dia, destaca a importância de dissociá-los, acentuando as implicações práticas que decorrem desta distinção.

O esforço de Singer em clarificar os limites do uso adequado do termo ‘pessoa’ – a quem se aplica, quem deve ser reconhecido como tal, etc. – está patente nas alterações ao texto realizadas em cada uma das três edições de *PE*, e tem como pano de fundo tanto as prioridades do cenário científico contemporâneo em constante progresso, quanto a necessidade de responder à reação dos leitores às propostas apresentadas desde a primeira edição. Ao tratar de questões como o aborto, a eutanásia, a fecundação *in*

³⁴ *PE*¹, p. 82; *PE*², pp. 96-97; *PE*³, p. 82: “because there are problem cases like people who are asleep or temporarily unconscious. [...] But only a being which is capable of conceiving itself as a distinct entity existing over time – that is, only a person – could have this desire. Therefore only a person could have a right to life” (tradução segundo *EP*, pp. 116-117).

vitro e o uso de embriões em laboratório, o autor desenvolve um raciocínio lógico, com vista a responder à seguinte questão: de que vidas podemos dispor? Quais os seres cuja vida não está – ou não deveria estar – protegida? Partindo da tese da igualdade originária entre os animais mais desenvolvidos, considera que não está justificado o privilégio concedido aos seres da espécie humana de serem todos reconhecidos como ‘pessoas’ e que esse tratamento resulta apenas de um preconceito, o denominado ‘especismo’. A esta nova lei, isto é, com base na igualdade originária de todos os animais, incluindo os seres humanos, passa então a tratar a questão da santidade ou indisponibilidade da vida. Para isto expõe já nos títulos dos capítulos quarto ao sétimo sucessivamente pontos como “Que é o mal de matar?”, “Tirar a vida: os animais”, “Tirar a vida: aborto” (alterado para “Tirar a vida: o embrião e o feto” nas segunda e terceira edições), “Tirar a vida: eutanásia” (alterado para “Tirar a vida: os seres humanos” nas edições seguintes)³⁵.

Em seu entender, para abordar de forma adequada estas questões é fundamental, ter em consideração de forma rigorosa a distinção entre ‘ser humano’ e ‘ser pessoal’, antes estabelecida. Peter Singer esclarece exemplificando:

Estes dois sentidos de ‘ser humano’ sobrepõem-se, mas não coincidem. O feto, o ‘vegetal humano’ gravemente retardado, e até o bebé recém-nascido - todos são indiscutivelmente membros da espécie *homo sapiens*, mas nenhum deles é autoconsciente, tem sentido de futuro, ou capacidade de se relacionar com os outros.

[...] Para o primeiro sentido, o sentido biológico, usarei simplesmente a expressão incómoda mas precisa ‘membro da espécie *homo sapiens*’, enquanto para o segundo sentido usarei o termo ‘pessoa’³⁶.

Com base nesta distinção, Singer considera ter encontrado uma chave para solucionar o perfil conflituoso de algumas questões éticas e bioéticas contemporâneas, a saber, as que se referem à prática do aborto, da eutanásia e da fecundação *in vitro*, além

³⁵ Cf. PE¹, p. 72; PE², p. 83; PE³, p. 71: “What’s wrong with killing?”; PE¹, p. 93; PE², p. 110; PE³, p. 94: “Taking life: animals”; PE¹, p. 106: “Taking life: abortion”; PE², p. 135; PE³, p. 123: “Taking life: The Embryo and the Fetus”; PE¹, p. 127: “Taking life: euthanasia”; PE², p. 175; PE³, p. 155: “Taking life: Humans”.

³⁶ PE¹, p. 75: “These two senses of ‘human being’ overlap but do not coincide. The fetus, the grossly retarded ‘human vegetable’, even the newborn infant – all are indisputably members of the species *homo sapiens*, but none are self-aware, have sense of the future, or the capacity to relate to others. [...] For the first sense, the biological sense, I shall simply use the cumbersome but precise expression ‘member of the species *homo sapiens*’ while for the second sense I shall use the term ‘person’”. Na segunda e na terceira edições os termos mais provocadores são suavizados (cf. PE², pp. 86-87; PE³, p. 74).

das relativas ao uso dos tecidos de embriões em experiências de laboratório e também na clínica médica como recurso terapêutico, seja no transplante de tecidos ou mesmo de órgãos.

Em resultado da sua análise, na qual pretende pôr em relevo e criticar a atitude ‘especista’ dominante na cultura ocidental, Singer é levado, como se observou, a distinguir nitidamente os dois sentidos da expressão ‘ser humano’. Essa distinção ou separação leva, portanto, a ter que admitir a existência de um processo – necessário e indispensável – para que um animal humano chegue a alcançar a condição pessoal, a única à qual estão vinculados direitos. É por admitir um processo desta natureza que a doutrina singeriana da personalidade pode ser considerada uma doutrina ‘gradualista’. Neste processo gradual de acesso à personalidade, um ser humano (e o mesmo se poderia dizer dos animais não humanos) adquire algo ainda inédito, algo que não fazia parte de sua natureza biológica nem pertencia às suas características empiricamente constatáveis, e que irá surgindo e manifestando-se ao longo do tempo e lhe permitirá, no momento em que se manifestar, adquirir o novo estatuto de ‘pessoa’.

2. As teses do gradualismo de Singer

2.1. Conceito de ‘pessoa em potência’

A denúncia de uma confusão radical e constante entre os dois sentidos diversos e independentes do termo ‘homem’ ou da expressão ‘ser humano’ e a necessidade – reiterada por Singer – de os distinguir adequadamente obriga, no entanto, a colocar a questão da sua articulação. Com efeito, pelo menos certos homens são ao mesmo tempo membros da espécie *Homo sapiens* e seres pessoais. É precisamente esta coincidência num mesmo indivíduo dos dois sentidos da expressão ‘ser humano’ que conduz à confusão referida. Assim, desfeita a confusão por Singer, caberia colocar algumas perguntas. Quando e de que forma adquire um membro da espécie *Homo sapiens* este novo estatuto? Por que razão determinados homens são capazes de chegar a ser ‘pessoas’, enquanto outros não o são? Em virtude de quê passam a manifestar comportamentos dignos de ‘pessoas’ indivíduos que antes não eram senão membros da espécie *Homo sapiens*? É uma questão de tempo? Em que sentido e de que forma os dois indicadores essenciais, a saber a ‘racionalidade’ e a ‘autoconsciência’, surgem no homem?

Para dar resposta a este elenco de questões Singer recorre à noção de ‘pessoa em potência’. Em seu entender, o estatuto pessoal não se possui em todas as fases da vida e pode, como vimos, não chegar a possuir-se nunca. Mas o seu aparecimento não corresponde a uma aquisição completamente nova. Os membros da espécie *Homo sapiens* – única designação que convém a todos os seres humanos – são também desde o nascimento ‘pessoa em potência’ ainda que não sejam pessoas em acto ou não sejam em acto pessoas. Que sejam ‘pessoa em potência’ significa que poderão (ou não) chegar a ser realmente pessoas. Aqueles que chegaram com o tempo a apresentar comportamentos autoconscientes e racionais actualizaram esta condição potencial e tornaram-se pessoas; aqueles que, por alguma razão, não puderam actualizá-la ou deixaram de apresentar comportamentos pessoais nunca chegaram a ser pessoas ou deixaram de o ser³⁷.

³⁷ Cf. discussão semelhante já em 1973 no artigo *MLSA*, pp. 56 ss.

Mas, o que é uma ‘pessoa em potência’? O que significa dizer de um indivíduo – no caso em questão, de um indivíduo da espécie *Homo sapiens* – que é uma ‘pessoa em potência’?

Singer não tem dúvida quanto ao estatuto que corresponde a esses indivíduos: por não serem em acto ‘seres pessoais’ não devem ser tratados como se o fossem; trata-se, em seu entender, de uma questão de coerência. Proporcionar-lhes esse tratamento ou reconhecer-lhes os direitos devidos às pessoas seria uma manifestação de ‘especismo’ que, em seu entender, não está justificada. Mas, evidentemente, mencionar o tratamento a que têm ou não direito as ‘pessoa em potência’ não resolve o problema, se antes não se esclarece a que deve o mero membro da espécie *Homo sapiens* este estatuto de ‘pessoa em potência’. O que há nele, que não parece haver na grande maioria dos animais não humanos, que leva a que a imensa maioria destes seres, se chegarem a desenvolver-se biologicamente, cheguem também a manifestar comportamentos pessoais?

Singer não discute detidamente esta dificuldade. Limita-se a propor a designação de ‘pessoa em potência’ para referir os seres humanos que ainda não manifestam ‘indicadores de humanidade’ mas que, com toda a plausibilidade, virão com o tempo a manifestá-los. Desta forma, não só acentua a dimensão ostensiva do seu próprio conceito de ‘pessoa’ – ‘ser pessoa’ equivale a comportar-se como tal –, como transfere para o interior da espécie humana a fractura que, em seu entender, o ‘especismo’ tinha estabelecido entre os homens – considerados como seres pessoais – e os restantes animais – considerados como ‘meros animais’. É no seio da própria espécie humana que agora esta distinção deve ser feita: os seres humanos que são ‘pessoa em potência’ não podem usufruir de um estatuto que, para Singer, não lhes corresponde – são ‘meros animais’ e não ‘autênticas pessoas’ (tal como o príncipe Carlos de Inglaterra, no exemplo de Singer, pode ser considerado um ‘rei em potência’, mas não é realmente rei, nem deve ser tratado tal, porque não é rei em acto)³⁸.

Mais do que discutir o sentido e a pertinência da expressão ‘pessoa em potência’, Singer recorre a ela para reformular o problema ético do aborto e para justificar a solução por ele proposta. Nessa reformulação, sugere que a expressão ‘ser

³⁸ Cf. *PE*¹, p. 120; *PE*², p. 153; *PE*³, p. 138.

humano inocente', classicamente usada na formulação do problema ético do aborto, seja substituída pela expressão 'ser humano em potência'.

Trata-se de uma sugestão surpreendente. Singer começara por denunciar a ambiguidade operante no discurso tradicional sobre o homem, em virtude da qual a expressão 'ser humano' designava indiferentemente os 'membros da espécie *Homo sapiens*' e os 'seres humanos pessoais' ou as 'pessoas'. Ora, como é evidente na expressão 'ser humano em potência' sugerida por Singer para reformular o argumento do aborto, ele próprio é vítima da mesma ambiguidade, que denuncia. Pode um indivíduo da espécie *Homo sapiens*, isto é, um homem, ser um 'ser humano em potência'?

No capítulo seis do livro *PE*, Peter Singer insiste no facto de que o desenvolvimento biológico do ser humano é gradual, e que não é possível, desse ponto de vista, assinalar nenhuma descontinuidade no desenvolvimento do organismo humano que seja instauradora de direitos ou de privilégios.

O aborto apresenta uma difícil questão ética porque o desenvolvimento do ser humano é um processo gradual. [...] O zigoto é uma minúscula esfera composta por células. Não poderia em absoluto sentir dor, ou ter consciência de algo [...]. No outro extremo está o ser humano adulto. [...] Contudo, não há uma linha nítida que distinga o zigoto do adulto³⁹.

Nas edições seguintes, o texto correspondente é reescrito para acompanhar o conhecimento alcançado na área da experimentação embriológica e suas aplicações clínicas, mas a formulação do problema ético, já fixada, permanece e a afirmação da gradualidade do desenvolvimento do ser humano mantém-se quase literalmente, insistindo Singer na impossibilidade de se estabelecer uma linha divisória que constitua um marco decisivo neste processo⁴⁰.

³⁹ *PE*¹, pp. 106-107: "Abortion poses a difficult ethical issue because the development of the human being is a gradual process.[...] The zygote is a tiny sphere of cells. It could not possibly feel pain, or be aware of anything.[...] At the other extreme is the adult human being. [...] Yet there is no obvious sharp line which marks the zygote from the adult". A discussão já está presente em Thomson (cf. *DA*, p. 47) e em Tooley (cf. *ABAI*, p. 37).

⁴⁰ Cf. *PE*², pp. 136-137: "Abortion and destructive embryo experimentation pose difficult ethical issues because the development of the human being is a gradual process. [...] Yet there is no obvious sharp line that divides the fertilised egg from the adult"; *PE*³, pp. 124-125: "The issue of when it is wrong to destroy early human life needs careful thought because the development of the human being is a gradual

Dado que a segunda edição do *PE* foi contemporânea ao desenvolvimento terapêutico, resultante do avanço tecnológico que possibilitou dentre outros a fertilização *in vitro*, o texto sofre algumas alterações em virtude desse facto. Esta não se limita a elogiar o progresso alcançado até então nesta área; aborda também as questões éticas. A evidente modificação da paisagem científica fica espelhada já na alteração do título do capítulo seis. Na primeira edição intitulava-se “Tirar a vida: o aborto”. Na segunda edição ele é alterado para “Tirar a vida: o embrião e o feto”; além disso, são acrescentados novos subtítulos, diretamente decorrentes das novas tecnologias: “O estatuto do embrião no laboratório” e “A utilização do feto”. Na terceira edição, enquanto se mantém a apresentação, é retirado este último subtítulo e o seu conteúdo redistribuído ao longo do capítulo; além disso, são acrescentados dois novos subtítulos “O feto como um ser senciente” e “Mais dois argumentos contra o aborto”. A problemática torna-se, evidentemente, cada vez mais abrangente com o passar dos anos. Assim, uma vez que a terceira edição é contemporânea da discussão sobre a utilização dos embriões congelados acumulados ao longo dos anos de prática da fertilização *in vitro*, este assunto é então introduzido e o texto novamente reformulado para a edição mais recente. Mais do que insistir nas diferenças que foram ocorrendo nas várias edições, importa destacar que a afirmação do carácter gradual do desenvolvimento orgânico do ser humano se mantém, mesmo que exposta diferentemente.

A principal utilização da expressão ‘ser humano em potência’ (entendida como ‘ser pessoal em potência’) ocorre, como se indicou, na discussão sobre a licitude do aborto. Singer considera que o recurso a esta expressão permite ultrapassar a oposição entre o que designa como “posicionamentos conservadores” (que sustentam a tese da ilicitude ética do aborto) e “posicionamentos liberais” (que defendem a sua licitude) em torno deste problema e permite resolvê-la a favor destes últimos.

Singer propõe dois silogismos⁴¹. No primeiro deles, tratado sob os subtítulos “A posição conservadora” e “O valor da vida fetal”, formula-se a argumentação básica que condena o aborto como uma prática contrária à ética:

process. [...] The absence of any obvious sharp line that divides the fertilized egg from the adult creates the problem”.

⁴¹ A análise do problema do aborto com base na discussão dos dois silogismos que a seguir se apresentam pode encontrar-se já em publicações de outros autores, anteriores a *PE*: cf. *DA*, pp. 51 ss; B. A. BRODY, “Abortion and the Law”, *The Journal of Philosophy*, Vol. 68, No. 12, 1971, pp. 357-369 (citado em *MLSA*, p. 45).

Primeira premissa: É um mal matar um ser humano inocente.

Segunda premissa: Um feto humano é um ser humano inocente.

Conclusão: Logo, é um mal matar um feto humano⁴².

Para o filósofo australiano, a posição liberal – quando confrontada com esta formulação – argumenta pondo em causa que o feto seja um ser humano; a discussão centra-se então em determinar quando tem início a vida do novo ser humano. Mas – argumenta Singer – se aceitarmos os termos em que é formulado o problema, a posição conservadora é muito mais consistente, porque “aponta para a continuidade entre o zigoto e a criança, e desafia os liberais a precisarem em que estágio deste processo gradual se encontra a linha divisória moralmente significativa”⁴³.

Revela-se, portanto, decisivo questionar a veracidade da tese liberal e explorar as suas implicações éticas. Singer sugere para isto analisar aspectos marcantes da vida do ser humano, como o nascimento⁴⁴, a viabilidade⁴⁵, os primeiros movimentos⁴⁶ e a consciência⁴⁷, e conclui:

a busca pelos liberais de uma linha moralmente significativa na distinção entre o recém-nascido e o feto falhou. O conservador tem razão em insistir em que o desenvolvimento do zigoto até a criança é um processo completamente gradual⁴⁸.

Que a posição conservadora triunfe neste ponto não significa, no entanto, que o debate sobre o aborto esteja encerrado. Com efeito, não é que os críticos do aborto concluam mal, o que ocorre – argumenta Singer – é que formulam equivocadamente o seu argumento, e é a própria formulação do argumento que precisa de ser revista. Por isso

⁴² PE¹, pp. 107 e 117; PE², pp. 138 e 149; PE³, pp. 125 e 134: “1. Premise: It is wrong to kill an innocent human being; 2. Premise: A human fetus is an innocent human being; Conclusion: Therefore it is wrong to kill a human fetus.” (tradução segundo EP, p. 158 e 170). As mesmas premissas encontram-se em MLSA, p. 53.

⁴³ PE¹, p. 107: “points to the continuum between zygote and child, and challenges the liberal to point to any stage in this gradual process which marks a morally significant line”. Nas edições seguintes o texto é alterado com a substituição do termo ‘zygote’ por ‘fertilized egg’ (cf. PE², p. 138; PE³, pp. 125-126).

⁴⁴ Cf. PE¹, p. 108; PE², pp. 138-139; PE³, p. 126.

⁴⁵ Cf. PE¹, pp. 108-110; PE², pp. 139-141; PE³, pp. 126-128.

⁴⁶ Cf. PE¹, p. 110; PE², p. 141; PE³, p. 128. ‘Os primeiros movimentos’ é a tradução utilizada para o termo ‘quickening’ em EP, p. 160.

⁴⁷ Cf. PE², pp. 142-143; PE³, pp. 128-129. Esta variável é acrescentada na segunda edição e mantida na terceira. Por consciência entende-se a consciência do feto.

⁴⁸ PE¹, p. 110: “that the liberal search for a morally significant dividing line between the newborn baby and fetus fails. The conservative is right to insist that the development from zygote to infant is a thoroughly gradual process”. O texto sofre pequenos acréscimos nas segunda e terceira edições, mantendo-se contudo fiel ao sentido original (cf. PE², p. 142-143; PE³, p. 129).

Singer denuncia o que em seu entender constitui a fragilidade do argumento conservador, considerando que a premissa “É um mal matar um ser humano inocente” não possa ser aceite sem reservas. Se se aceita de modo incondicional esta premissa, desemboca-se no ‘especismo’:

A fraqueza da primeira premissa do argumento conservador reside no facto de assentar na nossa aceitação do estatuto especial da vida *humana*. Vimos que «humano» é um termo que comporta duas noções distintas: pertencer à espécie *Homo sapiens* e ser uma pessoa. A partir do momento em que o termo é dissecado desta forma, a fraqueza da primeira premissa conservadora torna-se evidente⁴⁹.

Para corrigir este erro, propõe então um segundo silogismo. Trata-se de uma pequena modificação nos termos das premissas, que leva a que o termo médio do silogismo “um ser humano inocente” seja substituído por “um ser humano em potência”. Assim, passamos a ter:

Primeira premissa: É um mal matar um ser humano em potência.

Segunda premissa: Um feto humano é um ser humano em potência.

Conclusão: Logo, é um mal matar um feto humano⁵⁰.

Ora, formulado nestes termos – argumenta Singer – o silogismo não é conclusivo. A primeira objecção que haveria que dirigir-lhe diz respeito ao facto de o feto não poder ser tratado tendo em atenção às suas potenciais características, mas dever ser tratado com base nas suas características efectivas. Privilegiar as potencialidades do ser humano significaria atribuir ao feto humano uma superioridade que é irreal, porque ele ainda não a possui efectivamente:

Com base nas suas características efectivas, [...] o feto compara-se desfavoravelmente com muitos animais não humanos; só quando consideramos a sua potencialidade para se

⁴⁹ PE¹, pp. 116-117; PE², pp. 149-150; PE³, pp. 134-135: “It is wrong to kill an innocent human being. [...] The weakness of the first premise of the conservative argument is that it relies on our acceptance of the special status of human life. We have seen that human is a term which straddles two distinct notions, being a member of the species *homo sapiens*, and being a person. Once that term is dissected in this way, the weakness of the conservative’s first premise becomes apparent” (tradução segundo EP, p. 170).

⁵⁰ PE¹, p. 119; PE², p. 152; PE³, p. 138: “1. Premise: It is wrong to kill a potential human being. 2. premise: A human fetus is a potential human being. Conclusion: Therefore it is wrong to kill a human fetus” (tradução segundo EP, p. 172). A abordagem do feto como ‘ser humano em potência’ já se faz presente, ainda não organizada na forma de premissas, mas desenvolvida nos parágrafos “Fetal Development and the Right to Life” e “Potential Personhood and the Right to Life” em MLSA, pp. 57-61.

tornar um ser humano pleno a sua condição de membro da espécie *Homo sapiens* se torna importante, e só então o feto supera de longe a galinha, o porco ou a vaca⁵¹.

Em suma, a expressão ‘ser humano em potência’ desempenha na argumentação de Singer um papel decisivo, ainda que Singer não a caracterize positivamente. A abordagem corresponde mais a uma delimitação negativa, que visa acentuar que os membros da espécie *Homo sapiens*, nas primeiras fases do seu desenvolvimento (ou mesmo nalguns casos ao longo de toda a vida), são ‘meros animais’ e não são portadores de nenhum privilégio ou estatuto que os coloque acima dos membros das restantes espécies animais. Neste sentido, a expressão significa apenas ‘um ser que ainda não é pessoal’. Mas, esta caracterização negativa não oculta o problema teórico que Singer tem que enfrentar, nem o resolve. Por que razão dizemos que o feto humano é uma ‘pessoa em potência’? O que há nele que fundamente essa potencialidade? Dizer de um determinado indivíduo, do qual se afirma que em acto é um ‘mero animal’, que é uma ‘pessoa em potência’ não é uma contradição? Ou, o que é o mesmo, ser uma ‘pessoa em potência’ não é sempre ser já algo mais do que um ‘mero animal’?

Singer não se detém a considerar este problema. Prefere operacionalizar o conceito de ‘pessoa’ e a expressão ‘pessoa em potência’. O conceito ‘pessoa’ designa, não um certo tipo de ser, mas um estado de desenvolvimento que se adquire e que se pode chegar a perder. É algo que se tem e não algo que se é. Por isso, Singer pode recorrer a expressões em que a personalidade se possui em grau variável: um determinado indivíduo ‘é mais pessoa’ do que outro; outro era pessoa e deixou de o ser, outro ainda não era pessoa e passou a sê-lo.

⁵¹ PE¹, p. 119; PE², p. 152; PE³, p. 138: “On the basis of its actual characteristics, [...] the fetus compares unfavorably with many nonhuman animals; it is when we consider its potential as a mature human being that membership of the species *homo sapiens* becomes important, and the fetus far surpasses any chicken, pig or calf” (tradução segundo EP, p. 172).

2.2. Relação entre o homem como ‘mero animal’ e o homem como ‘pessoa em potência’

O que significa para um ‘mero animal’ ser uma ‘pessoa em potência’? Ao falarmos de ‘pessoa em potência’, não estamos já a reconhecer que o indivíduo mencionado é algo mais que um animal e a estabelecer uma diferença qualitativa relevante – decisiva – entre os seres vivos? Além disso, o conceito de ‘pessoa em potência’ parece entrar em contradição com a definição ostensiva de ‘pessoa’, proposta por Singer. Como pode ser uma ‘pessoa em potência’ um indivíduo que ainda não tem nenhuma daquelas notas que é preciso ter para poder ser chamado ‘pessoa’?

O texto de *PE* critica a legitimidade de se estabelecer uma linha divisória perceptível entre os seres humanos e os animais não humanos, que está vigente na cultura ocidental. Com efeito, argumenta Singer, a cultura ocidental insistiu na superioridade da espécie humana, mas essa superioridade foi entretanto seriamente posta em causa por Darwin; estabelecida a origem comum de todas as espécies, há que reconhecer que “as diferenças entre nós e os restantes animais são diferenças de grau, e não de categoria”⁵². Admitida esta origem comum, Peter Singer considera injusto atribuir qualquer privilégio aos indivíduos da espécie humana, simplesmente por serem membros dessa espécie.

Neste sentido, o fundamento dos direitos, e em concreto do direito à vida, não pode ser a pertença à espécie humana. A menos que algo nos obrigue a afirmar outra coisa, os homens não têm mais direitos que os restantes animais. E, por outro lado, o que conferir direitos a alguns membros desta espécie não tem por que não conferi-los também aos membros de outras espécies, desde que apresentem as mesmas características. Assim, pois, para reconhecer direitos há que comprovar a presença de algo que fundamente esses direitos. Atribuir direitos sem reconhecer a presença disso que torna valiosa a vida é sempre uma forma injustificada de ‘especismo’. Só se um indivíduo provar a sua condição pessoal, ele começará realmente a ser titular de direitos. Assim, em cada caso, o indivíduo recebe a designação de ‘pessoa’ ou de ‘não pessoa’ a partir da comprovação das suas características, comprovação que terá que ser feita por terceiros. Como já vimos, segundo Singer, a definição de *Homo sapiens* é meramente

⁵² *PE*¹, p. 62; *PE*², p. 72: “the difference between us and the other animals are differences of degree rather than kind” (tradução segundo *EP*, p. 92). O texto é ligeiramente alterado na terceira edição, sem contudo alterar o conteúdo (cf. *PE*³, p. 64).

biológica. Fazer parte da espécie humana é portanto ser um simples animal, e não significa possuir qualidades especiais. Pelo contrário, a ‘pessoa’, a quem atribuímos dignidade, é um ser vivo, não necessariamente da espécie humana, que possui, posto que as ostenta, as características da ‘autoconsciência’ e da ‘racionalidade’.

Com esta análise do duplo sentido da expressão ‘ser humano’, o que Peter Singer propõe é um deslocamento da linha divisória acima mencionada entre os seres vivos. O que houve até ao presente na cultura ocidental foi uma fractura, em virtude da qual se agruparam de um lado unicamente os seres humanos, e de outro os restantes animais. Aos primeiros correspondia ‘ser pessoas’ e este estatuto decorria simplesmente de serem indivíduos da espécie *Homo sapiens*; atribuía-se este estatuto com independência do facto do indivíduo em causa evidenciar ou não algum vestígio de ‘racionalidade’ e ‘autoconsciência’. Singer considera injustificada esta fractura e propõe que a linha divisória seja simplesmente desviada para agrupar os seres vivos e a sua condição pessoal com base noutros princípios, de tal modo que o elo da espécie se torna irrelevante. De acordo com a nova classificação, que foi construída a partir da crítica ao ‘especismo’, passa a existir um grupo dos animais dignos – incluindo aqui alguns membros da espécie humana e alguns animais de outras espécies – reconhecidos como ‘pessoas’; enquanto o outro grupo inclui todos aqueles que não são capazes de manifestar as propriedades correspondentes a indivíduos superiores, os únicos que são merecedores de um tratamento digno⁵³. Como referimos, admitir outra coisa seria, em seu entender, cair numa discriminação semelhante à do racismo e à do sexismo. No entanto, como assinalaram alguns críticos de Singer, não há paralelismo entre os três ‘ismos’, mas sim um confronto: ‘racismo’ e ‘sexismo’ *versus* ‘especismo’.

A comparação [do ‘especismo’] com o racismo e o sexismo tem que ser vista como questionável pois ambas as exclusões envolvem membros da mesma espécie (‘homem’); efectua-se internamente. Nós rejeitamos o racismo e o sexismo, não só por se pôr um recurso puramente biológico ao serviço desta diferenciação, mas também por considerarmos que as diferenças dentro da espécie humana referentes à raça e ao sexo são irrelevantes e discriminatórias, no que diz respeito aos direitos fundamentais do homem. A ilegitimidade de tais delimitações resulta do facto de os membros humanos de outras raças ou de outro sexo (...) serem ‘homens como todos nós’.

⁵³ Cf. *HSH*, pp. 177-179.

Precisamente este não é o caso dos membros de outras espécies; por isto mesmo é relevante que eles sejam membros de *outra* espécie⁵⁴.

Poder-se-ia dizer que ao rejeitar o ‘especismo’, considerando-o como um antropocentrismo arbitrário que privilegia a espécie *Homo sapiens*, comparável ao racismo⁵⁵ e ao sexismo, é realmente Singer que está a promover um novo preconceito, comparável ao preconceito racial, já que postula uma nova divisão inscrita no interior do grupo dos membros da espécie *Homo sapiens*, exactamente nos mesmos moldes dos preconceitos baseados na cor da pele e do sexo: com efeito, essa divisão determina novas diferenças de tratamento de base biológica no grupo dos seres humanos, levando a distinguir entre as ‘pessoas’ e as ‘não pessoas’. Desta perspectiva, era a tese que Singer critica – aquela que reconhece os seres humanos como um grupo de pessoas e os animais não humanos como o grupo de ‘não pessoas’ – que não estabelece nenhuma discriminação entre os homens, e afirma a igual dignidade de todos eles.

Além disto, a tese singeriana confronta-nos com a possibilidade de um ser humano não conservar sempre o estatuto de pessoa e este ser separável do seu ser biológico. Um membro da espécie humana pode vir a tornar-se uma pessoa, tal como pode perder este estatuto. Mas, como é isto possível? Como pode um indivíduo – um membro da espécie *Homo sapiens* – adquirir esse estatuto e mais tarde vir a perdê-lo? Ou, dito noutros termos, que relação há entre os dois sentidos de ‘ser humano’? Como se passa do primeiro ao segundo?

Não admitir nenhum elo entre os dois sentidos equivaleria a admitir que a condição pessoal surge no animal por ‘geração espontânea’. Para evitar cair numa explicação deste tipo, Singer tenta dar uma explicação do que acontece a nível

⁵⁴ AUL, p. 98: “Der Vergleich [von ‚Speziesismus‘] mit Rassismus und Sexismus muss aber als fraglich bezeichnet werden, den diese Ausgrenzungen beziehen sich jeweils auf Angehörige derselben Spezies („Mensch“); sie werden also innerhalb ihrer vorgenommen. Wir lehnen Rassismus und Sexismus ab, nicht nur weil hier ein rein biologisches Merkmal zur Unterscheidung dient, sondern weil wir der Ansicht sind, dass innerhalb der Spezies „Mensch“ Unterschiede bezüglich Rasse oder Geschlecht hinsichtlich der fundamentalen Rechte als Mensch eben irrelevant und diskriminierend sind. Die Illegimität solcher Abgrenzung ergibt sich daraus, dass Angehörige anderer menschlicher Rassen bzw. Geschlechter „Menschen wie wir alle“ sind. Gerade dies ist bei Angehörigen anderer Spezies nicht der Fall; deshalb ist es eben relevant, dass sie Angehörige einer anderen Spezies sind“.

⁵⁵ Cf. PE¹, pp. 48-49; PE², pp. 55-56. Na terceira edição, Singer utiliza a analogia entre o ‘especismo’ e o racismo de forma mais concisa do que nas edições anteriores: “The belief that issues about humans should always take precedence over issues about animals reflects a popular prejudice against taking the interests of animals seriously – a prejudice no better founded than the prejudice of white slave owners against taking seriously the interests of their African slaves” (PE³, p. 49).

intermediário entre ‘não ser ainda pessoa’ e chegar realmente a sê-lo. Para isso, como se indicou, introduz o conceito de ‘pessoa em potência’. No momento do nascimento o ser humano não é uma pessoa, nem deveria ter os direitos que reconhecemos às pessoas; mas é uma ‘pessoa em potência’, isto é, virá talvez com o tempo a ostentar as notas que o tornam valioso. Mas, argumenta Singer, não podemos tratá-lo em conformidade com aquilo que virá a ter, mas que ainda não tem. No capítulo sete “Tirar a vida: eutanásia” Singer, ao analisar a eutanásia em crianças deficientes, afirma:

a potencialidade de um feto para se tornar um ser racional e autoconsciente não pode contar contra a sua morte provocada numa fase em que não possui ainda essas características [...]. Nenhum bebé (deficiente ou não) tem um direito à vida tão forte como os seres capazes de se verem a si mesmos como entidades distintas existentes ao longo do tempo⁵⁶.

Em suma, tendo procurado desfazer o que considera a confusão fundadora do ‘especismo’ através da distinção nítida entre os dois sentidos da expressão ‘ser humano’, Singer vê-se agora obrigado a vincular de algum modo os dois sentidos. Reconhece que tem que encontrar alguma forma de superar o dualismo que começou por sustentar ao distinguir de forma tão radical entre a ‘vida biológica’ do ser humano e a sua eventual ‘vida biográfica’. Ainda que sejam radicalmente diferentes, tem que haver alguma relação entre elas. A solução que propõe – o que poderíamos chamar a sua alternativa às teses fundadoras do ‘especismo’ – é que esse elo de ligação se encontra no facto de os membros da espécie *Homo sapiens* serem ‘pessoas em potência’. Mas, na linha da crítica ao ‘especismo’ que desencadeou a sua reflexão, sustenta que esse elo não confere nenhum estatuto ao animal humano, embora tenha uma base real. Fica igualmente por esclarecer que relação tem esta potencialidade com a dimensão biológica do ser do homem.

⁵⁶ PE¹, p. 131; PE², p. 182; PE³, pp. 160-161: “Euthanasia for defective infants [...] the potential of a fetus to become a rational, self-conscious being, cannot count against killing it at the stage when it lacks these characteristics [...]. No infant – defective or not – has as strong a claim to life as beings capable of seeing themselves as distinct entities, existing over time” (tradução segundo EP, p. 202).

3. A consistência do projeto singeriano

Uma vez identificados os pressupostos teóricos em que se funda o ‘gradualismo’ e clarificado o sentido que Singer atribui aos conceitos de ‘homem’ e de ‘pessoa’; uma vez desfeita a confusão que em sua opinião acompanha o discurso corrente sobre o homem, cabe ainda questionar a consistência da sua abordagem. Com efeito, poderia ocorrer que Singer tivesse levado a cabo um diagnóstico correcto das confusões que acompanham o nosso discurso sobre o homem e que, apesar da justeza do diagnóstico, não tivesse acertado com a melhor solução para os problemas decorrentes da confusão que denunciou. Ou poderia ocorrer também que a ‘confusão’ denunciada não fosse tal, isto é, que o diagnóstico fosse ele próprio questionável.

Singer sustenta que há que distinguir claramente entre os membros da espécie *Homo sapiens* – puros animais ou os homens enquanto seres meramente biológicos – e os homens enquanto detentores de ‘indicadores de humanidade’. Para estes últimos reserva a designação de ‘pessoas’. Por outro lado, sustenta que nas primeiras fases do seu desenvolvimento e mesmo no momento do nascimento nenhum indivíduo da espécie humana é uma pessoa humana. A possibilidade de tornar plausíveis estas duas teses passa, portanto, por explicar como é possível que um mero animal chegue a ser uma pessoa, isto é, um ser dotado de ‘autoconsciência’ e de ‘racionalidade’. Esta explicação é tanto mais necessária quanto a aquisição destes dois indicadores de humanidade é algo habitual, larguissimamente maioritário, não se tratando de propriedades cuja presença ou ausência no ser humano esteja repartida de forma mais ou menos equilibrada ou que ocorram apenas ocasionalmente. Dito brevemente: é concebível a transformação de um mero animal num ser pessoal, como sugere Singer ao defender o gradualismo? Como explicar esta espécie de ‘geração espontânea’ da condição pessoal e como justificar o seu carácter largamente maioritário? Em que se funda a distinção – a separação radical – entre ‘vida biológica’ e ‘vida pessoal’ ou ‘biográfica’?

Como se salientou, Singer procura encontrar um termo que faça a mediação entre os dois sentidos da expressão ‘ser humano’ recorrendo à expressão ‘pessoa em potência’. Mas o que significa realmente ser uma ‘pessoa em potência’? Pode esta noção ajudar realmente a solucionar os conflitos éticos e bioéticos em torno da vida

humana, como pretende Singer? Pode ela privar de direitos os indivíduos a que Singer a atribui?

Uma análise detalhada da consistência da teoria singeriana da personalidade obrigaria a ter em conta um número muito vasto de aspectos. No seu pensamento – e em concreto no tipo de soluções éticas que propõe para os problemas acerca do valor da vida animal e humana – intervêm de forma constante, não só as teses antes referidas sobre como se deve entender a expressão ‘ser humano’, mas também teses que derivam da adopção por ele de uma visão utilitarista da ética.

Por outro lado, mesmo deixando por abordar os aspectos da teoria da personalidade de Singer vinculados ao utilitarismo e directamente decorrentes dele, os tópicos a partir dos quais se poderia questionar a consistência da solução singeriana são bastante variados. De perspectivas diversas, a distinção radical entre ‘vida biológica’ e ‘vida biográfica’ que ele parece admitir como um dado primeiro e inquestionável, tem sido objecto de múltiplas críticas, mais ou menos abrangentes. Em linha geral seria possível agrupar os tópicos a serem examinados nesta discussão de acordo com o tema abordado por Singer. Há críticas mais filosóficas e mais globais, como a que vincula a sua concepção da pessoa a uma visão radicalmente nominalista, ou a que denuncia que Singer é vítima da ‘falácia naturalista’; há críticas de cariz mais lógico, que procuram provar que alguns argumentos singerianos não obedecem às exigências do rigor argumentativo; outras ainda acentuam as limitações decorrentes do modo como Singer transpõe para a análise do ser humano o evolucionismo darwiniano como marco decisivo na nova visão dos seres vivos.

Analisaremos alguns destes argumentos, destacando os aspectos mais controversos que apresentam ou que põem em destaque.

3.1. Inspiração nominalista

Como se indicou, Singer parece adoptar uma visão radicalmente nominalista do ser humano. Trata-se de uma discussão que atravessa a história da filosofia ocidental⁵⁷ e

⁵⁷ Cf. HWP, “Nominalismus”, Vol 6, p. 874-888; Gonzalo RODRIGUEZ-PEREYRA, "Nominalism in Metaphysics", *The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Fall 2011 Edition)*, URL = <http://plato.stanford.edu/archives/fall2011/entries/nominalism-metaphysics/> consultado em

que encontra nas diferentes concepções de ‘pessoa’⁵⁸ um âmbito privilegiado de aplicação. Singer inscreve-se nesta longa história, adoptando também uma visão da ‘pessoa’ de inspiração nominalista⁵⁹. A sua atenção dirige-se, não a pensar a natureza da ‘pessoa’⁶⁰, mas sim a identificar um conjunto de notas dos seres pessoais e a defini-la por esse conjunto de notas. A ‘pessoa’ identifica-se ou reduz-se, como vimos, ao que Singer chama – seguindo a Fletcher – ‘indicadores de humanidade’, e que ele próprio resume na ‘racionalidade’ e na ‘autoconsciência’.

Na raiz desta visão da pessoa está, por um lado, a influência de David Hume, explicitamente reconhecida por Singer e, por outro lado, a valorização da dimensão naturalista e biológica como único acesso objectivo ao ser do homem. A dimensão meramente biológica do ser do homem é a única que parece ser, da perspectiva de Singer, inquestionável e comum a todos os seres humanos. Nesta convicção tem o seu fundamento o dualismo radical – e incompreensível – que marca os seres pessoais: são, por um lado, membros da espécie *Homo sapiens* e podem ser, por outro lado, e de forma independente, seres pessoais. Mas, na verdade, – como salientou Spaemann – a pergunta pelos ‘indicadores de humanidade’ é uma pergunta mal formulada: perguntar pela presença de propriedades indispensáveis para alguém ser reconhecido como ‘pessoa’ é já referir-se a ‘alguém’, e portanto, é já referir-se a uma ‘pessoa’⁶¹.

18.02.2013; Cyrille MICHON, “Les nominalisme et les relations”, *Le Temps des Savoirs*, Nº 1, 2000, pp. 121-151.

⁵⁸ Cf. a história do conceito ‘pessoa’ em HWP, “Person”, 1984, Vol 7, p. 269-338; Katja WAGNER-WESTERHAUSEN, *Die Statusfrage in der Bioethik*, Münster, Lit Verlag, 2008, pp. 13-32. Cf. o parágrafo “O estatuto da pessoa e a exigência de não instrumentalização: do código de Nuremberga à Declaração Universal de Bioética” em PB, pp. 152-159.

⁵⁹ Cf. a disputa nominalista na análise do conceito de ‘pessoa’ em Jérôme LEJEUNE, *L’Enceinte Concentrationnaire d’après les minutes du process de Maryville*, Paris, Librairie Arthème Fayard, 1990, pp. 12-13; Jérôme LEJEUNE, *¿Qué es el embrión humano?*, Madrid, Ediciones Rialp, 2009, pp. 21-22.

⁶⁰ Cf. o problema da natureza humana e do valor do ser humano, reconhecidamente traduzido na actualidade como o problema da identidade humana em PB, pp. 160 ss; e sobre a ‘metamorfose’, que ao ser relatada em histórias infantis, em mitos e na literatura de todos os tempos, evidencia a ausência de alteração substancial e a manutenção da essência do homem (em termos aristotélicos), mesmo que a sua aparência externa tenha sido alterada para a de um animal, em P, pp. 18-19.

⁶¹ Cf. a análise da pergunta em P, p. 253. Ao analisar a questão, Spaemann adverte que na verdade a pergunta inicial está mal formulada: “Que propriedades tem alguém que possuir para ter o direito a ser reconhecido como pessoa?” (“*Welche Eigenschaften muss jemand besitzen, um das Recht auf Anerkennung als Person zu haben?*”). O erro detecta-se no emprego da palavra ‘alguém’. Porque, se já falamos de ‘alguém’, falamos na verdade de ‘pessoa’. A pergunta inicial é agora substituída por “Quando é que algo é ‘alguém?’” (“*Wann ist etwas ‚jemand‘?*”). O autor discorda também desta versão, já que ‘algo’ e ‘alguém’ não possuem uma identidade comum. A formulação “São alguns seres vivos pessoas?” (“*Sind einige Lebewesen Personen?*”) ainda não o satisfaz, porque a personalidade não constitui uma

Em *PE* este fundo naturalista e predominantemente biológico revela-se de muitos modos. Em cada uma das três edições da obra, Singer foca, sob um prisma utilitarista, os novos desafios lançados à ética prática pelos resultados da pesquisa na área médica e suas aplicações clínicas, e na terceira edição de *PE* chega a admitir uma mudança no estatuto moral do embrião.

Um antecedente da posição de Singer – tanto da sua visão ostensiva da ‘pessoa’ quanto do seu dualismo – encontra-se em Michael Tooley que, com anterioridade, sustentou as teses que estão na base de *PE*. Com efeito, a presença de Michael Tooley, da *University of Colorado*, já se fazia sentir em 1974 na vida universitária australiana⁶², na qual Singer se formou. No seu escrito *Abortion and Infanticide*, Tooley discute o conceito de ‘pessoa’ de forma inspiradora para o seu colega. Nesse texto, em que se propõe tratar “da questão da moralidade do aborto e do infanticídio”⁶³, Tooley antecipa termos usados pelo filósofo australiano, inclusive por já envolver na discussão bioética a questão da ‘potencialidade’, que virá a ser decisiva para Singer.

A objeção ética fundamental tradicionalmente desenvolvida contra essas práticas [o aborto e o infanticídio] funda-se no argumento de que os fetos humanos e os bebês têm o direito à vida. [...] Portanto, a questão básica a ser discutida é que propriedades uma coisa deve ter verdadeiramente direito à vida⁶⁴.

Na verdade o texto *Abortion and Infanticide*, publicado em 1972, parece ter proporcionado a inspiração originária para os dois textos de maior difusão de Peter Singer: *PE* e *Animal Liberation* (editado originalmente em 1975):

A preocupação maior é se os animais adultos pertencentes a espécies diferentes da espécie *Homo sapiens* não podem também possuir um direito real à vida. Quando se diz que um organismo pode possuir a noção de uma autocontinuação, juntamente com a certeza de ser ele próprio uma tal entidade, sem ter forma alguma de expressar este conceito e esta ‘autoconsciência’ linguisticamente, tem-se que enfrentar a questão de os animais poderem ter propriedades que lhes confirmam um direito real à vida. [...] Quando se reflete sobre a questão dos princípios morais básicos envolvidos na atribuição de um

espécie de “*differentia specifica*” dentro da espécie humana. Chega-se finalmente à pergunta para ele logicamente correcta: “São **todos** os homens pessoas?” (“*Sind alle Menschen Personen?*”).

⁶² Cf. www.colorado.edu/philosophy/fac_tooley.shtml consultado em 11.01.2013.

⁶³ ABAI, p. 37: “*This essay deals with the question of the morality of abortion and infanticide*”.

⁶⁴ ABAI, p. 37: “*The fundamental ethical objection traditionally advanced against these practices [abortion and infanticide] rests on the contention that human fetuses and infants have a right to life. [...] The basic issue to be discussed, then, is what properties a thing must possess in order to have a serious right to life*”.

direito à vida aos organismos, pode-se ser levado a concluir que o tratamento comumente dispensado aos animais é moralmente indefensável, e que estamos de facto a assassinar pessoas inocentes⁶⁵.

Já em 1972 Tooley considerara lamentável o uso indiferenciado dos termos ‘pessoa’ e ‘ser humano’ na discussão sobre o aborto, e justificara assim a sua preferência pela expressão ‘membro da espécie *Homo sapiens*’, que passou então a usar como substituta dos outros dois termos. E encerra esta explicação afirmando: "A minha abordagem será usar o termo ‘humano’ apenas em contextos onde ele não for filosoficamente perigoso"⁶⁶.

Singer adopta uma estratégia similar. E, tal como Tooley, tem especial cuidado no modo de se referir ao sentido pessoal da expressão ‘ser humano’ – esse sentido que, segundo Tooley, em determinados contextos, pode resultar ‘filosoficamente perigoso’.

3.2. Um dualismo irreduzível

Ao distinguir, ou melhor, ao separar radicalmente ‘homem’ e ‘pessoa’, Singer reedita o dualismo de Platão ou de Descartes, que tende a acentuar a separação entre a mente (ou alma) e o corpo. Mas este dualismo está longe de ser consensual. Wittgenstein, por exemplo, reconhecia o corpo da ‘pessoa’ como a melhor imagem da sua alma, acentuando desta forma a conexão entre o nosso ‘eu’ interno e o externo – entre a condição pessoal e a condição corpórea do ser humano. Esta conexão, no entanto, fica posta em causa na visão dualista do homem e na análise da natureza da acção humana, porque a mente/consciência e o corpo deixam de estar integrados. Uma vez que nos percebermos a nós próprios e aos outros à nossa volta como seres corpóreos, é compreensível que nos reconheçamos todos como animais dotados de corpo, o que não significa que nos percebamos como um organismo humano apenas preenchido por alguma outra ‘coisa’, por algo mais. Não há dúvida que o ser humano

⁶⁵ ABAI, pp. 64-65: "The troubling worry is whether adult animals belonging to species other than *Homo sapiens* may not also possess a serious right to life. For once one says that an organism can possess the concept of a continuing self, together with the belief that it is itself such an entity, without having any way of expressing that concept and that belief linguistically, one has to face up to the question of whether animals may not possess properties that bestow a serious right to life upon them. [...] Once one reflects upon the question of the basic moral principles involved in the ascription of a right to life to organisms, one may find himself driven to conclude that our everyday treatment of animals is morally indefensible, and that we are in fact murdering innocent persons".

⁶⁶ ABAI, p. 43: "My own approach will be to use the term ‘human’ only in contexts where it is not philosophically dangerous".

apresenta diversas propriedades ou capacidades não físicas, que são indubitavelmente ‘pessoais’. Daí que seja difícil aceitar que possamos desvincular a nossa realidade pessoal da nossa realidade animal, desvalorizando uma união já existente desde a concepção do indivíduo. Com efeito, independentemente da sua idade, qualquer membro da espécie humana, da concepção até à morte, é o mesmo indivíduo, que se desenvolve, mas que não é nunca radicalmente alterado. Ora, este facto é dificilmente conciliável com a ideia de a condição pessoal do ser do ‘homem’ ser independente da sua componente ‘animal’⁶⁷.

Cada ser humano nasce com diversas disposições internas ou capacidades que virão a ser desenvolvidas, se nada correr mal. Ora, isto leva a pensar que cada recém-nascido, assim como o ser humano nas etapas anteriores de formação intrauterina, possui já a capacidade natural básica para desempenhar funções caracteristicamente humanas, tanto físicas como mentais. É a esta capacidade natural básica que nos referimos ao falarmos de ‘potencialidade’, uma potencialidade a ser desenvolvida ou actualizada ao longo do tempo, mas que, na visão meramente biológica do ser humano de Singer, apresenta contornos de um verdadeiro mistério.

Em suma, a distinção dos dois sentidos da expressão ‘ser humano’, que começou por ser conceptual, acabou por conduzir Singer a um dualismo radical que não parece corresponder à realidade humana e que ele próprio não tem forma de justificar. Com efeito, não se encontra no seu texto resposta para o problema da relação existente entre o ser ‘meramente’ biológico do homem e o seu ser ‘pessoal’ ou para a continuidade entre as manifestações biológicas e as manifestações pessoais da vida humana.

3.3. Ambiguidade e sentido do conceito de ‘pessoa’

Noutros escritos Peter Singer volta ao tema central de *PE*, retomando a discussão sobre a condição pessoal dos seres humanos, com novos argumentos. Chega até mesmo a invocar a doutrina cristã, por ele tão criticada noutros momentos, como argumento para provar que o conceito ‘pessoa’ não se limita por definição a um ser humano e que é extensível aos animais não humanos. Fá-lo referindo-se ao dogma da

⁶⁷ Cf. *EDHL*, pp. 70-77.

Santíssima Trindade⁶⁸; com efeito, visto que nem Deus Pai nem Deus Espírito Santo são seres humanos, mas são considerados ‘pessoas’, infere-se que não é imprescindível ser um ‘membro da espécie humana’ para se ser ‘pessoa’. E considera que, tal como hoje já estamos em condições de reconhecer os grandes símios como ‘pessoas’, no futuro haverá também a possibilidade de extensão deste estatuto a outros animais, como as baleias, os golfinhos, os elefantes, os cães, os porcos, os símios não antropomorfos, entre tantos outros seres não humanos, por eles manifestarem sinais de possuírem ‘autoconsciência’ e ‘racionalidade’⁶⁹. Há no entanto que reconhecer, como assinala Savagnano, que a forma de um chimpanzé se perceber no tempo e no espaço é muito distinta da humana; e, mesmo que a vinculação do conceito de ‘pessoa’ ao desejo de sobreviver nos permita alargar o conceito de ‘pessoa’ e estendê-lo a diversos animais, essa vinculação equivale também a uma certa desvalorização do conceito em causa⁷⁰.

Por outro lado, a assimilação da personalidade à ‘autoconsciência’ e a vinculação de direitos – em concreto do direito à vida – a esta ‘autoconsciência’ coloca também alguns problemas, que levaram o próprio Tooley a matizar a sua tese. Com efeito, Singer encontrou na definição de ‘pessoa’ de Michael Tooley um problema, no que diz respeito à conexão entre o direito à vida e a existência da ‘autoconsciência’ em um indivíduo. O problema refere-se a situações excepcionais de inconsciência temporária ou mesmo a situações diárias do adormecimento: em situações como estas, o direito à vida desaparece? Ou, se não é esse o caso, como se justifica? De facto, ao discutir a atribuição de direitos e de desejos a uma ‘pessoa’, Tooley reconhece três situações excepcionais: distúrbios emocionais com depressão, inconsciência temporária e, por último, assimilação de condicionamentos e doutrinação de crenças irracionais. Explicando o segundo grupo acima citado, Michael Tooley defendia que o sujeito adormecido, o drogado e o que se encontra em coma temporário, que se enquadram no

⁶⁸ O conceito ‘pessoa’, na sua aplicação a Deus, surge no Ocidente no início do Cristianismo associado à clarificação teológica do dogma da Santíssima Trindade: “Para a formulação do dogma da Trindade, a Igreja teve de elaborar uma terminologia própria, com a ajuda de noções de origem filosófica: «substância», «pessoa» ou «hipóstase», «relação», etc. [...] A Igreja utiliza o termo «substância» (às vezes também traduzido por «essência» ou «natureza») para designar o ser divino na sua unidade; o termo «pessoa» ou «hipóstase» para designar o Pai, o Filho e o Espírito Santo na distinção real entre Si” em www.vatican.va/archive/cathechism_po/index_new/p1s2c1_198-421_po.html#PARÁGRAFO_2, pontos 251-252 consultado em 20.03.2013.

⁶⁹ Cf. *RLD*, p. 180 e 182.

⁷⁰ Cf. *MDP*, p. 52.

grupo da inconsciência temporária, deviam ver os seus desejos respeitados por dedução do que fariam em momentos de consciência⁷¹.

Singer começa por afirmar que somente um ser com ‘autoconsciência’ poderia ter o desejo de continuar a existir como entidade distinta. E deduz, que só uma ‘pessoa’ teria direito à vida. Mas acaba, no entanto, por concordar com Tooley e alargar a atribuição deste direito, de forma inconsistente com os seus próprios argumentos, a indivíduos temporariamente privados de consciência⁷².

A questão não é meramente teórica e merece ser analisada detalhadamente, tendo em conta as suas consequências: com efeito, se for verdade que os indivíduos da espécie humana que não dão indícios de possuir ‘racionalidade’ e ‘autoconsciência’ realmente não podem vir a ser considerados pessoas, a explicação de Peter Singer é apenas um esclarecimento que nos levará a evitar um determinado tipo de preconceito; mas, se não for possível comprovar a sua tese, esta corre o risco de se apresentar como uma ideologia da soberania das ‘pessoas’ no novo sentido adoptado em prol dos seus próprios interesses, que lhes confere poder absoluto para disporem dos recém-nascidos, das crianças e dos deficientes. Ora, como é evidente, tal possibilidade já sai fora do âmbito da ‘moral privada’ e projeta-se na cultura e no direito público⁷³.

De acordo com a teoria singeriana, se se fixa a ‘racionalidade’ e a ‘autoconsciência’ como indicadores obrigatórios de uma ‘pessoa’, será incoerente e falso tratar como pessoas os seres que não apresentem esses indicadores.

Esta objeção, no que diz respeito às espécies naturais, é de fundo nominalista. Na verdade ela reconhece os predicados ‘autoconsciente’ e ‘racional’ como universais e reclama também para o conceito da pessoa um significado geral. O que esta objeção contesta, no entanto, é a existência de um conceito geral de ‘natureza humana’, que teria um significado distinto daquele que diz respeito à relação genealógica com outros indivíduos, por cujos atributos a maioria dos adultos são distinguidos e que nos levam a chamá-los ‘pessoas’. Este contexto genealógico não deve, portanto, ter qualquer valor para o que eles são como indivíduos. Não deve ser esta relação a justificar toda a comunidade de pessoas, que denominamos humanidade. Nesta comunidade não se deve

⁷¹ Cf. *ABAI*, pp. 47-48.

⁷² O texto da primeira edição está reescrito e aumentado nas edições seguintes. Mas mostra que Singer concorda com Tooley desde o início (cf. *PE*¹, pp. 82-83; *PE*², pp. 97-99; *PE*³, pp. 82-83). Sobre a relação entre o conceito diferenciado de ‘pessoa’ e o desejo de sobrevivência do ‘eu’ cf. *SPE*, p. 259.

⁷³ Cf. *AUL*, p. 94.

entrar devido à conceção ou ao nascimento, mas pela auto consciência e pela cooptação dos restantes membros da mesma comunidade⁷⁴.

A discussão singeriana inscreve-se na história milenar do conceito de ‘pessoa’. Como se deu a definição de ‘pessoa’ ao longo do tempo? Boécio constitui um marco na definição de ‘pessoa’, resultante da análise da categoria de *‘natura’*.

Boécio identifica quatro significados distintos deste último termo: no sentido mais abrangente, diz respeito à realidade inteligível, enquanto substâncias e acidentes; num sentido mais limitado, refere-se às substâncias materiais e imateriais; num sentido ainda mais restrito, tem relação com os corpos; e, [...] como designação de uma diferença específica, que dá a cada objeto a sua forma. Somente este último diz respeito a ambas as naturezas de Cristo. [...] Pessoa é uma substância individual de natureza racional, *“persona est naturae rationalis individua substantia”*⁷⁵.

A partir desta definição a filosofia tentou, ao longo da história, captar os atributos de uma ‘pessoa’, explorando sobretudo dois caminhos⁷⁶:

Um acentua o que Boécio chama *‘rationalis’*. Nesta linha os anglo-saxónicos pelo menos desde Locke até a filosofia analítica da linguagem contemporânea, exploraram uma série de atributos necessários à definição de ‘pessoa’. Outros autores procuraram determinar ‘atributos pessoais’: ‘autoconsciência’, memória, uma relação à própria vida como um todo, um interesse por esta vida.

O segundo caminho acentua o carácter social da ‘pessoa’, que só pode existir no plural, por uma relação recíproca de reconhecimento. A ‘pessoa’ não se limita a ser os seus atributos, mas é um estatuto, com origem no acontecimento da comunicação.

⁷⁴ P, p. 254: *“Dieser Einwand ist mit Bezug auf natürliche Arten nominalistisch. Zwar erkennt er Prädikate wie ‚selbstbewusst‘ und ‚rational‘ als Universalien an und beansprucht ebenso für den Begriff der Person eine allgemeine Bedeutung. Was der Einwand leugnet, ist jedoch, dass es so etwas wie einen allgemeinen Begriff der ‚Natur des Menschen‘ gibt, der einen anderen Inhalt hätte als den eines genealogischen Zusammenhangs mit andern Individuen, von denen die meisten als Erwachsene durch jene Merkmale ausgezeichnet sind, die uns veranlasse, sie ‚Personen‘ zu nennen. Dieser genealogische Zusammenhang soll aber ohne Relevanz sein für das, was sie als Individuen selbst sind. Nicht dieser Zusammenhang soll es sein, der jene Personengemeinschaft begründet, die wir gewöhnlich ‚Menschheit‘ nennen. In diese Gemeinschaft soll man nicht durch Zeugung oder Geburt eintreten, sondern eher durch Selbstbewusstsein und Kooptation durch die anderen Mitglieder dieser Gemeinschaft”*.

⁷⁵ HWP, “Person”, Vol. 7, pp. 279-280: a definição de Boécio encontra-se em *Contra Eutychen et Nestorium*, 5.

⁷⁶ Cf. P, pp. 9 ss.

Com o ‘personalismo’⁷⁷ de fundo humanista do século XX a discussão do conceito de ‘pessoa’ ultrapassou os limites académicos e adquiriu parte das suas características actuais. O que em Boécio se entendia, ainda que de forma subentendida, como um “*nomen dignitatis*”, e em Kant passou a ser a razão central dos direitos humanos, passou na actualidade a apresentar uma variante: nem todos os seres humanos estão em condições de serem reconhecidos como pessoas, porque lhes podem faltar temporária ou perpetuamente alguns atributos típicos das pessoas. E como, segundo Peter Singer, é imoral invocar o ‘especismo’⁷⁸, a humanidade passou a apresentar duas classes: a dos ‘seres humanos’ sem valor nem direitos, e a das ‘pessoas’, consideradas indivíduos da primeira classe, porque são as únicas detentoras de direitos. Para esta última aproximação à ‘pessoa’ reservou-se o termo ‘personismo’.

Há dificuldade em aceitar esta última caracterização de ‘pessoa’, segundo Spaemann, em que pareça impossível constituir uma teoria coerente da ‘pessoa’ sem ter na base a ideia fundamental de ‘diferença interna’. Se se parte do adágio escolástico ‘*agere sequitur esse*’, é-se forçado a reconhecer que o ser do homem não se limita à realidade física, e que o ser – como ocorre aliás em qualquer ser vivo – vai mais além do que se vê. E aí reside o espaço para a admissão de uma diferença interna: a expressão da diferença entre

o que um ser vivo é ‘propriamente’, e o que ele é de facto. Nos homens, enquanto seres vivos, também existe esta diferença, que Aristóteles considerou ser a característica de todos os organismos superiores: a diferença entre ‘zen’ e ‘eu zen’, entre vida e boa vida.

⁷⁷ Thomas D. WILLIAMS, Jan Olof BENGTTSSON, "Personalism", *The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Summer 2011 Edition)*, URL = <http://plato.stanford.edu/archives/sum2011/entries/personalism/> consultado em 17.04.2013. O conceito ‘personalismo’ pode ser assim explicado: “*Although it was only in the first half of the twentieth century that the term personalism became known as a designation of philosophical schools and systems, personalist thought had developed throughout the nineteenth century as a reaction to perceived depersonalizing elements in Enlightenment rationalism, pantheism, Hegelian absolute idealism, individualism as well as collectivism in politics, and materialist, psychological, and evolutionary determinism. In its various strains, personalism always underscores the centrality of the person as the primary locus of investigation for philosophical, theological, and humanistic studies*”. O ‘personalismo’ distingue-se do ‘personismo’, que se poderia atribuir a Peter Singer, e que pode ser assim caracterizado: “*«personism», which says that we are creatures with the capacity for self-awareness; [...] Personism is usually paired with the view that our persistence is determined by our psychological features and the relations among them (Locke 1689, Parfit 1984)*” em Steven LUPER, "Death", *The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Summer 2009 Edition)*, URL = <http://plato.stanford.edu/archives/sum2009/entries/death/> consultado em 20.03.2013. Acerca do ‘personismo em Singer’ cf. *MT*, pp. 174 ss; *AE*, pp. 31 ss; Gordon PREECE, “The Unthinkable & Unlivable Singer”, in Gordon PREECE (ed.), *Rethinking Peter Singer. A Christian Critique*, Illinois, InterVarsity Press, 2002, pp. 44, 48-50.

⁷⁸ Cf. SINGER, Peter, “Taking Humanism Beyond Speciesism”, *Free Inquiry*, Vol. 24, no. 6, 2004, pp. 19-21, www.utilitarian.net/singer/by/200410--.htm consultado em 20.03.2013.

Provavelmente os homens são os únicos seres conscientes desta diferença enquanto tal. [...] Ninguém é apenas e só aquilo que é⁷⁹.

Esta diferença tem ao mesmo tempo uma manifestação de auto-reflexão ou introversão (“*In-sich-gehen*”), e uma dimensão excêntrica (“*Aus-sich-Heraustreten*”), quando “nos referimos a nós mesmos na terceira pessoa. Deslocamo-nos do centro, que todo o ser vivo ocupa em relação ao seu meio, vendo-nos com os olhos dos demais como um acontecimento no mundo”⁸⁰. A moralidade só é possível a partir desta auto-objetivação e auto-relativização. Esta possibilidade está, por outro lado, directamente ligada à linguagem, porque nela subordinamo-nos a um sistema dado, o qual, com as suas regras, nos capacita para a comunicação, e “é a linguagem que faz surgir em nós aquela diferença, aquela auto distância (*Selbstdistanz*) que nos permite falar de ‘pessoas’”⁸¹.

Diferentemente de Tooley e de Singer, que, como já vimos, perguntam “o que faz de uma coisa uma pessoa?” (“*what makes something a person*”), haveria que perguntar antes se todos os homens são pessoas. Ou, o que é o mesmo, que tipo de característica humana nos leva a considerar os homens como ‘pessoas’. O que faz deles sujeitos pessoais? O nominalismo de Singer impede-o de ver esta possibilidade e por isso ser pessoa é para ele “ter” determinadas características específicas, e não “ser” o portador delas. Aparentemente, o homem depende da posse de algumas destas características, por exemplo da ‘racionalidade’, para ser aceite como ‘pessoa’ na sociedade e o único indicador dessa posse é o exercício: portanto, só os indivíduos que exercitam a sua ‘racionalidade’ são realmente racionais.

⁷⁹ Sobre a ‘diferença interna’ cf. *P*, pp. 20 ss; *P*, p. 21: “*was ein Lebewesen ,eigentlich‘, und dem, was es faktisch ist. Menschen, sofern sie Lebewesen sind, stehen auch in dieser Differenz, von der Aristoteles sagt, dass sie für alle höheren Lebewesen charakteristisch ist: der Differenz von zen und eu zen, von Leben und gutem Leben“; Menschen sind sich wahrscheinlich als einzige dieser Differenz als Differenz bewusst. [...] Niemand ist einfach und schlechthin das, was er ist*”. Spaemann faz referência a Aristóteles, *De anima* 434 b 21.

⁸⁰ *P*, p. 23: “*Von sich selbst in der dritten Person sprechend, tritt der Mensch aus der Zentralstellung hinaus, die jedes natürliche Lebewesen im Verhältnis zu seiner Umwelt einnimmt, und sieht sich mit den Augen der anderen als ein Ereignis in der Welt*”. Spaemann faz referência a outra obra sua, *Glück und Wohlwollen: Versuch über Ethik*, Stuttgart, Klett-Cotta Verlag, 1989, pp. 86 e 119.

⁸¹ *P*, p. 23: “*es ist die Sprache, die in uns erst jene Differenz, jene Selbstdistanz entstehen lässt, aufgrund deren wir von Personen sprechen*”.

Esta ‘visão atributiva’⁸² da ‘pessoa’ revela o perfil tirânico e arbitrário inscrito nesta possibilidade de atribuição, ao mesmo tempo que deixa em aberto a questão da legitimidade do atribuidor⁸³. A quem corresponde certificar a posse das características que fundam os direitos? Aliás, a própria experiência parece contrariar a tese singeriana. Com efeito, desde o início a criança é tratada pela mãe ou pelo adulto que a cuida “como uma outra pessoa, não como um objeto a ser manipulado, ou como um organismo vivo a ser condicionado”. Ensina-a a falar ao falar com ela, e não apenas por falar na sua presença. O adulto interage verdadeiramente com o bebé. Neste sentido poderia dizer-se que, ser pessoa é a própria raiz do existir em sentido eminente, sem que haja nenhuma participação externa na sua produção⁸⁴.

Por outro lado, se fosse verdade que o primeiro passo é o do reconhecimento, haveria que perguntar como teria ele tido lugar no momento inicial, relativamente às primeiras pessoas? Na verdade, o que um adulto faz ao lidar com uma criança baseia-se na autenticidade. Age-se espontaneamente considerando aquela criança uma pessoa e não uma coisa. Não se encena um relacionamento entre um adulto, que já é ‘pessoa’, e uma criança, que ainda não o é. A partir deste relacionamento verdadeiro a criança aprenderá do adulto diversas coisas, como o significado das palavras no seu idioma, mas não adquirirá através disto o estatuto de ‘pessoa’. Se realmente fosse válida esta hipótese do reconhecimento como primeiro passo na concessão do estatuto de ‘pessoa’ a uma criança, os primeiros indivíduos que o receberam, não poderiam ter consciência deste processo, para não porem em risco a autenticidade e a espontaneidade do mesmo. Por outro lado, não basta invocar o carácter pragmático do argumento aqui invocado para o desqualificar e relativizar o problema nele contido. Porque, se é verdade que a filosofia rompe com a atitude natural, é verdade também que o faz para a explicar e compreender mais profundamente e não para a anular e se substituir a ela, declarando-a falsa. Neste sentido, o actual debate sobre a pessoa não se limita a ser um debate teórico de base filosófico-fenomenológica, é antes um debate prático-teórico, fundado numa opção prática que visa alterar o sentido e o uso do conceito, posto que impõe e

⁸² Sobre a ‘visão atributiva’ de ‘pessoa’ cf. *EDHL*, pp. 124 ss.

⁸³ Cf. *PB*, pp. 164, 166-167.

⁸⁴ Cf. *P*, pp. 256-257.

prescreve uma nova forma de reconhecimento. E continua a ser defensável que ‘ser pessoa’ convém a todos os seres humanos⁸⁵.

Outro problema vinculado à conceção da ‘pessoa’ de Singer decorre de se reconhecer que o conceito de ‘espécie natural’ não se aplica do mesmo modo aos objetos físicos e aos seres vivos. Enquanto os seres inanimados se agrupam com base em semelhanças, sem qualquer forma de ligação direta entre os exemplares, no caso dos animais há uma relação genealógica constitutiva. “Não haveria um exemplar de uma espécie, se não existissem os outros e se todos não estivessem ligados entre si por uma relação de parentesco”. Nas espécies mais evoluídas, a comunidade tem também uma finalidade reprodutiva. Aqui as semelhanças exteriores, explicitadas no fenótipo, são na verdade secundárias. Os seres humanos pertencem a este grupo, o que influi no estatuto pessoal de cada um deles. Neste sentido a “separação entre biológico e pessoal ignora que o ser das pessoas consiste na vida dos homens”⁸⁶. Além disso, no caso dos homens, a relação de parentesco é uma relação pessoal, que não se reduz simplesmente a dados biológicos:

A animalidade humana não é uma mera animalidade, mas sim um meio da realização da pessoa. E as relações de proximidade e de distância, nas quais o homem se encontra, são por isto de relevância pessoal, e portanto de relevância ética. [...] A ‘humanidade’ não é como a ‘animalidade’, que se limita a um conceito abstrato para designar um género, mas é simultaneamente o nome de uma comunidade pessoal concreta⁸⁷.

Outro aspecto decorre ainda desta definição da pessoa. Com efeito, embora tradicionalmente o reconhecimento de ‘ser pessoa’ corresponda a um direito absoluto, esta incondicionalidade seria posta em causa ou negada se dependesse de condições empíricas. Esse reconhecimento incondicional só ocorrerá, se se aceitar que ‘pessoa’ não se limita ao de espécie, mas ao modo de ser dos indivíduos da espécie humana⁸⁸. Neste sentido, a pertença biológica à espécie humana basta para fixar um critério

⁸⁵ Sobre a argumentação tendente a mostrar que todo ‘ser humano’ é um ‘ser pessoal’ cf. P, pp. 254 ss.

⁸⁶ P, p. 255: “*Es gäbe das einzelne Exemplar der Art nicht, wenn es nicht andere gäbe und wenn es nicht in einer bestimmten Verwandtschaftsbeziehung zu diesen anderen stünde. [...] Diese Trennung des Biologischen vom Personalen verkennte, dass das Sein von Personen im Leben von Menschen besteht*”.

⁸⁷ P, p. 256: “*Die menschliche Animalität ist vielmehr von vornherein nicht bloße Animalität, sondern das Medium der Verwirklichung der Person. Und die Verhältnisse von Nähe und Ferne, in denen der Mensch steht, sind deshalb von personaler, und das heißt, ethischer Relevanz. [...] ‚Menschheit‘ ist nicht, wie ‚Tierheit‘, nur ein abstrakter Begriff zur Bezeichnung einer Gattung, sondern ist zugleich der Name einer konkreten Personengemeinschaft*”.

⁸⁸ Cf. P, pp. 262-263.

decisivo na resolução do reconhecimento das “pessoas humanas”. A partir desse património genético humano, está-se em condições de reconhecer como pessoas humanas todos os seres gerados por outras pessoas humanas⁸⁹.

Um assunto que Singer descarta também diz respeito à ‘intencionalidade’. Brentano refere-se a este conceito no seu livro *Psychologie vom empirischen Standpunkt* de 1874, para caracterizar a capacidade da consciência ao se referir a alguma coisa que é específica do ser humano⁹⁰. Ora, podemos estar certos da existência desta capacidade por meio da comunicação pessoal, mas não podemos ter idêntica certeza da sua ausência num determinado indivíduo. É verdade que não estamos em condições de acompanhar o raciocínio de um perturbado mental, mas “ele pode seguir a sua razão ao agir, diferenciando entre o Bem e o Mal, e ser igualmente responsável, como qualquer homem sensato”⁹¹. Neste sentido, fica claro que os débeis não são animais – mas *têm* também a sua natureza, como qualquer outro homem – ainda que o seu “*modus essendi*” permaneça desconhecido. Também por esta razão, “nenhuma tutela do eu, da sua dignidade e integridade pode acontecer se não se tutelar e respeitar também a concreta corporeidade alheia”⁹².

3.4. Pessoa e potencialidade

Outra questão, já mencionada, não pode deixar de ser aprofundada, porque diz directamente respeito ao gradualismo de Singer: a questão da potencialidade. Este termo, como veremos, é usado por ele em diferentes sentidos.

O debate sobre este conceito é antecipado por Tooley no citado artigo de 1972, e por ele desenvolvido dentro dos moldes que Singer adoptará, contrapondo constantemente as ideias conservadoras e as liberais sobre o aborto e o infanticídio. Como Singer, Tooley questiona o conceito de ‘pessoa’ e as suas implicações na

⁸⁹ Cf. MB, pp. 177-178; David WIGGINS, *Sameness and Substance*, Oxford, 1980, p. 188, citado em P, pp. 264 e 274: “A Person is any animal the physical make-up of whose species constitutes the species’ typical members *thinking intelligent beings, with reason and reflection, and typically enables them to consider themselves the same thinking things, in different times and places*”.

⁹⁰ Franz BRENTANO, *Psychology from an Empirical Standpoint*, London, Routledge and Kegan Paul (1874/1911/1973), citado em P. JACOB, “Intentionality”, *The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Fall 2010 Edition)*, URL = <http://plato.stanford.edu/archives/fall2010/entries/intentionality/> consultado em 07.05.2013.

⁹¹ P, pp. 258-259.

⁹² MB, p. 178.

definição do direito à vida do feto e da criança. Reiterando a pergunta “o que faz uma coisa tornar-se uma pessoa?” ao longo de todo o seu artigo, Tooley – que considera que uma ‘não-pessoa’, ou simplesmente o membro da espécie humana não reconhecido como tal, é literalmente uma coisa (*‘a thing’, ‘something’*) –, ao abordar a gestação dos seres humanos detém-se a examinar os aspectos da ‘viabilidade’ e dos ‘primeiros movimentos’ em moldes que Singer retomará, e acaba por reformular a sua pergunta de partida, reduzindo-a a uma comprovação empírica:

Que propriedades algo deve ter para ser uma pessoa, ou seja, para ter verdadeiramente direito à vida? Em que ponto do desenvolvimento de um membro da espécie *Homo sapiens* o organismo passa a possuir as propriedades que o tornam uma pessoa⁹³?

Mas como explicar que um determinado membro da espécie *Homo sapiens* desenvolva ao longo dos anos após o seu nascimento a propriedade da ‘personalidade’? Ou será apenas uma coincidência a ocorrência desta particularidade em regra em todos os membros desta espécie?

Mais do que admitir o surgimento da condição pessoal – uma transformação progressiva e gradual de uma ‘coisa’ numa ‘pessoa’ – a generalização desta ocorrência obrigaria a admitir que existe simplesmente um desenvolvimento progressivo e gradual dos membros da espécie humana, incluído o desenvolvimento ou actualização da sua condição de pessoas, já existente desde a concepção. Só assim seria explicável o facto de que ao tratarmos estes seres humanos de forma apropriada, e não como uma coisa, contribuímos para o seu desenvolvimento como pessoas.

o embrião humano não se encontra certamente em estado de explicar as actividades tipicamente humanas, e nem o feto ou o recém-nascido são capazes de se exprimir com as faculdades mentais; todavia, não se pode negar que desde o momento da fecundação está constituída a capacidade real para activar essas actividades superiores. Nem é necessário esperar pela formação da medula primitiva e pela estruturação do primeiro núcleo do sistema nervoso, porque o embrião já possui, na realidade, a capacidade activa para realizar quer o órgão, o cérebro, quer a função. Essa real capacidade radica na própria essência da individualidade humana, na qual a corporeidade é informada e estruturada pelo espírito que a vivifica. É por esta razão que não se pode afirmar a distinção ontológica, e por isso real, entre indivíduo humano, qualquer que seja o

⁹³ ABAI, p. 43: “What properties must something have to be a person, i.e., to have a serious right to life? At what point in the development of a member of the species *Homo sapiens* does the organism possess the properties that make it a person?”.

estágio de desenvolvimento a partir da fecundação, e pessoa humana, qualquer que seja o estado de maturação intelectual⁹⁴.

As crianças, que segundo o argumento nominalista são apenas ‘pessoa em potência’, na verdade não precisam, como vimos, de ser adoptadas pela comunidade para receberem o reconhecimento como ‘pessoas’. O seu acolhimento supõe que já há alguém para acolher. Quanto a serem ‘pessoas em potência’, há que se dizer que não é concebível que uma ‘coisa’ se torne ‘alguém’. Ou já se é desde o início ‘pessoa’, ou nunca virá a ser. O ser pessoal não é o resultado de um desenvolvimento, mas sim a estrutura característica de um ser que se desenvolve. As pessoas não se esgotam nos seus respectivos estados actuais, podem entender-se a si mesmas como uma unidade através do tempo. Esta unidade é precisamente a pessoa. “Falar de pessoas potenciais não faz sentido, porque o conceito de ‘potencialidade’ só pode surgir a partir da personalidade”⁹⁵.

Uma possível explicação para a adopção da expressão ‘pessoa em potência’ encontra-se no uso indeterminado e ambíguo dos termos ‘potência’ e ‘potencial’. Para Singer, o termo ‘pessoa em potência’ corresponde a algo que ainda não é pessoa, mas que de alguma forma – não se sabe exactamente qual – poderá vir a ser. Ora, é evidente, que todos os membros da espécie humana, desde o feto até ao homem adulto, têm potencialidades que se podem desenvolver ou actualizar. Mas esse desenvolvimento ou essa actualização não altera radicalmente o seu ser, não os faz deixarem de ser ‘coisas’ e passarem a ser ‘pessoas’. Singer não tem em conta a multiplicidade de sentidos dos termos ‘potência’ e ‘potencial’, que podem referir-se tanto ao conceito de possibilidade (inclusivamente lógica), quanto a uma capacidade real, já existente, como a que está inscrita, por exemplo, nos gâmetas humanos. Só destes se poderia talvez afirmar que são pessoas potenciais no sentido singeriano, porque pela fusão de dois gâmetas pode-se formar uma pessoa humana, o que não ocorre com outros tipos de células.

Gâmetas humanos são pessoas potenciais porque, diferentemente de outros tipos de células, têm a possibilidade de, após a fecundação, se tornarem uma pessoa [...]. Em contrapartida, um feto é uma ‘pessoa em potência’, porque um feto é capaz de se

⁹⁴ MB, p. 148.

⁹⁵ P, p. 262: “Von potentiellen Personen zu sprechen, ist auch deshalb sinnlos, weil der Begriff der Potentialität überhaupt nur unter der Voraussetzung von Personalität entstehn kann”.

desenvolver numa pessoa adulta [...]. Neste sentido portanto, cada pessoa, mesmo as adultas, são de alguma forma, ‘pessoas em potência’⁹⁶.

Singer não tem em conta estas diferenças. Os gâmetas, assim como os embriões, são para ele indiferentemente ‘pessoa em potência’, como podemos deduzir das suas afirmações:

Desde 1985, no entanto, tem sido possível congelar tanto os óvulos como os embriões. Assim, se a combinação de congelar e a possibilidade de futuras descobertas significar que um blastocisto em laboratório é uma ‘pessoa em potência’, a mesma combinação deve agora significar que um óvulo não fertilizado em laboratório é também uma ‘pessoa em potência’⁹⁷.

Logo, se o embrião é uma ‘pessoa em potência’, por que razão não o serão também o óvulo mais o esperma, considerados em conjunto? [...] A potencialidade não parece ser um conceito do tipo tudo ou nada; a diferença entre óvulo mais esperma e embrião é uma diferença de grau, relacionada com a possibilidade de desenvolvimento de uma pessoa⁹⁸.

No entanto, os gâmetas e o embrião não são equivalentes, e portanto não podem ser apresentados como tal. Enquanto o óvulo e o esperma deixam de existir ao darem origem a um novo ser (o que mostra, contra o que Singer sustenta, que não são potencialmente ‘pessoas’), o zigoto, o embrião e o feto necessariamente continuam o processo iniciado na fecundação para se desenvolverem e crescerem⁹⁹. Neste sentido, há entre o gâmeta e o embrião uma diferença radical, enquanto entre o embrião e o homem adulto a diferença é apenas de grau de maturidade. Num ser humano concebido, isto é, que começa a existir, reconhece-se uma entidade substancialmente idêntica àquela que futuramente exercitará a razão e a liberdade de agir. Daí os críticos de Singer o

⁹⁶ AUL, p. 111: “*Menschliche Gameten sind potentielle Personen, weil es in Unterschied zu anderen Zellarten möglich ist, dass sie bei ihrer Verschmelzung zu einer menschlichen Person werden [...]. Ein Fötus hingegen ist eine ‚Person in Potenz‘, weil ein Fötus fähig ist, sich zur ausgewachsenen Person zu entwickeln [...]. In diesem Sinne ist nun eben jede Person, auch die ausgewachsene, in irgend einem Sinne eine ‚Person in Potenz‘*”; sobre a argumentação do conceito de potencialidade cf. SPE, pp. 260-261.

⁹⁷ IVFT, p. 93: “*Since 1985, however, it has been possible to freeze eggs as well as embryos. So if the combination of freezing and the possibility of future discoveries mean that a laboratory blastocyst is a potential person, the same combination must now mean that an unfertilized egg in a laboratory is also a potential person*”.

⁹⁸ PE², pp. 159-160; PE³, p. 148: “*So if the embryo is a potential person, why are not the egg-and-sperm, considered jointly, also a potential person? [...] Potentiality seems not to be such an all-or-nothing concept; the difference between the egg-and-sperm and the embryo is one of degree, related to the probability of development into a person*” (tradução segundo EP, p. 180).

⁹⁹ Cf. AE, pp. 36-37; MDP, pp. 99-100.

acusarem de conceder o direito à vida a um indivíduo baseando-se em características acidentais, que apenas variam em grau, e ignorar a diferença radical entre os gâmetas e o ser humano.

Em sentido próprio, não é o ser meramente biológico que é a ‘pessoa em potência’ descrita por Singer. ‘Pessoa potencial’ é antes a ‘pessoa’ como tal que tem ainda inúmeras potencialidades que poderá desenvolver ao longo de toda a sua vida. Essas ‘novas’ propriedades do indivíduo desenvolver-se-ão a seu tempo a partir das suas potencialidades, manifestando assim diversas propriedades naturais específicas da espécie. Não é necessário esperar pela manifestação das propriedades para classificar um indivíduo como pessoa; mesmo antes de manifestar essas propriedades, ou quando não as manifesta, o indivíduo já pode ser considerado como uma ‘pessoa’. Singer não reconhece esta possibilidade, presente na nossa linguagem cotidiana e no nosso modo de lidar com os seres humanos. Em seu entender, enquanto um membro da espécie *Homo sapiens* ainda não (ou já não) apresentar ‘racionalidade’ e ‘autoconsciência’, não lhe corresponde o título de ‘pessoa’.

Estas qualidades, desenvolvidas ao longo do tempo, e que permitem o reconhecimento do indivíduo como ‘pessoa’, manifestam-se em grau variável de forma contínua ao longo da vida.

Assim, se os seres humanos fossem dignos de um absoluto respeito moral (como sujeitos de direitos) apenas por causa de tais qualidades, e não em virtude do tipo de ser que são, nesse caso, uma vez que tais qualidades estão em diferentes graus, não podemos explicar por que razão os seres humanos não possuem direitos fundamentais em graus variados. A proposição de que todos os seres humanos são criados iguais seria relegada ao estatuto de um mito – uma mentira nobre (ou, talvez, não tão nobre)¹⁰⁰.

Há, no entanto, que reconhecer que “especificámos uma diferença não arbitrária no desenvolvimento humano”¹⁰¹. As diversas mudanças observadas ao longo do desenvolvimento natural da vida do ser humano são apenas diferenças de grau. Portanto,

¹⁰⁰ EDHL, p. 121: “So if human beings are worthy of full moral respect (as subjects of rights) only because of such qualities, and not by virtue of the kind of being they are, then, since such qualities come in varying degrees, no account could be given of why basic rights are not possessed by human beings in varying degrees. The proposition that all human beings are created equal would be relegated to the status of a myth – a noble (or, perhaps, not-so-noble) lie”.

¹⁰¹ EDHL, p. 123: “we have specified a nonarbitrary difference in human development”.

é do mesmo indivíduo que falamos, quer o foquemos na fase fetal, na infância precoce, na infância tardia, como adolescente ou como adulto.

Como vimos, na perspectiva de Singer, ao contrário do que ocorre na perspectiva mais clássica de consideração da realidade humana, o conjunto de potencialidades inscritas na sua natureza não tem qualquer relevância moral, e o único relevante é a sua actualidade empírica; com efeito, tradicionalmente – pelo menos na cultura ocidental – um ser humano adulto é visto como um ‘membro actual da sociedade civil’ (e por isto está comprometido com certos direitos e deveres) e uma criança é incluída na categoria de ‘membro *potencial* da mesma sociedade’. Ora, essa forma de pertença confere-lhe igualmente direitos (de ser protegida, educada, alimentada) e, nalgum sentido, também deveres (de acolher e cooperar na sua própria formação), que permitam a sua chegada à idade adulta como um membro actual responsável da sociedade civil¹⁰².

Singer usa ainda o termo ‘potência’ para se referir à viabilidade ou à probabilidade. Este uso não está ainda presente na primeira edição de *PE*, já que diz respeito a um assunto que só adquiriu importância depois dela - a ‘fertilização *in vitro*’ ou IVF. Dado que esta técnica só se difundiu após esta edição, não constituiu um tema de referência nos debates de Singer naquela altura. Passou a sê-lo nas edições seguintes, porque para ele a ética tem que acompanhar a nova paisagem científica, para que o conhecimento adquirido com a pesquisa e os novos recursos terapêuticos daí decorrentes não sejam desperdiçados:

A nova tecnologia de reprodução torna necessário repensar como deveriam ser aplicados ao embrião em laboratório os nossos critérios acerca do potencial do embrião humano¹⁰³.

Esta reflexão de Singer parece implicar que, na realidade, a natureza do embrião possa ser diferente, dependendo da fecundação ser *in vivo* ou *in vitro*, e conseqüentemente que a essência de cada um destes ‘tipos’ de embrião pudesse ter implicações éticas diferentes e permitisse aplicações práticas também distintas.

¹⁰² Cf. *MT*, pp. 177-178.

¹⁰³ *IVFT*, p. 104: “The new reproductive technology makes it necessary for us to think again about how our established views about the potential of human embryo should be applied to the embryo in a laboratory”.

Embora Singer só introduza este uso do termo ‘potência’ – entendido como ‘probabilidade’ ou ‘viabilidade’ – nas duas últimas edições de *PE*, este uso já se encontra no seu artigo de 1988, *IVF Technology and the Argument from Potential*, já aqui citado:

Que dizer do argumento da potencialidade? Poderão os argumentos habituais acerca da potencialidade do embrião no útero aplicar-se a um embrião numa placa de laboratório? [...] o embrião, ou «pré-embrião», como por vezes se designa hoje, permanece solto durante os primeiros 7 a 14 dias. [...] A probabilidade desse embrião se tornar uma pessoa era, todavia, maior que a de um óvulo de uma mulher fértil se unir a um espermatozóide do companheiro dessa mulher e levar ao nascimento de uma criança¹⁰⁴.

Singer propõe aqui mais um estágio de vida do ser humano, que designa como ‘pré-embrião’, e que, tal como os outros estágios em que não se revela a ‘racionalidade’ e a ‘autoconsciência’, não corresponde à definição de ‘pessoa’.

O estudo do processo embrionário, por outro lado, colocou também alguns problemas no que diz respeito à relação entre o ser humano em formação (desde a concepção ao nascimento) e o conceito de ‘pessoa’. A questão decisiva é a do esclarecimento e fixação do estatuto do ‘embrião’ (aqui representando todo o desenvolvimento intrauterino do ser humano). Para Singer, o actual conhecimento da vida humana precoce, que nos fornece novos recursos terapêuticos com as células estaminais embrionárias, justifica olhar o ser humano de outra forma e alterar os argumentos reguladores do estatuto moral de embriões humanos.

¹⁰⁴ *PE*², pp. 157-8: “What of the argument from potential? Can the familiar claims about the potential of the embryo in the uterus be applied to the embryo in a dish in the laboratory? [...] the embryo, or ‘pre-embryo’ as it is now sometimes called, remains unattached for the first seven to fourteen days. [...] the probability of such an embryo becoming a person was therefore very much greater than the probability of an egg in a fertile woman uniting with sperm from that woman’s partner and leading to a child” (Neste caso, por clareza, não se segue a tradução de *EP*). Na terceira edição temos o texto reescrito, desenvolvido e bem prolongado: “Arguments for protecting embryos in the laboratory based on their potential also face more difficulties when applied to early embryos than when applied to the fetus in the womb. In the normal process of human sexual reproduction inside the body, the embryo remains unattached for the first seven to fourteen days and then implants in the wall of the uterus. [...] With IVF, there is a much more modest difference in the probability of a child resulting from a two-cell embryo in a glass dish, and the probability of a child resulting from an egg and some sperm in a glass dish” (*PE*³, pp. 146 e 148). Parece haver um erro tipográfico no texto de Singer: faria mais sentido a última frase terminar com ‘in the womb’ do que com ‘in a glass dish’, já que Peter Singer compara aqui enfaticamente o sucesso, para ele quase garantido, da situação de laboratório com a – nem sempre bem-sucedida – situação ocorrida por meios naturais, ou seja, no corpo humano.

Um dos aspectos que necessita de esclarecimento é a individualidade do embrião. Alguns autores argumentam invocando o fenómeno da gemação (*twinning*) para negar a individualidade do embrião (e portanto também a sua possibilidade de ser considerado uma pessoa); trata-se da possibilidade bem conhecida que existe nos primeiríssimos estágios do processo embrionário (até o 14º dia da gestação), em virtude da qual é possível que o embrião se divida e dele resulte a formação de múltiplos organismos distintos. Para estes autores, enquanto houver a possibilidade de divisão da mórula e de aparecimento de ‘x’ outros organismos, ainda não pode ter ocorrido uma especialização suficientemente decisiva para a formação e reconhecimento de uma unidade intrínseca, condizente com um organismo distinto. Estaríamos portanto nesta fase apenas diante de um conjunto de células, e não de um verdadeiro ser humano. Na base deste argumento está a tese de que enquanto algo tiver a potencialidade de vir a ser dois, não pode ser considerado um. O argumento é, no entanto, de difícil aceitação. Com efeito, conhecem-se na natureza diversos seres vivos, animais ou plantas, que têm o potencial de formar um outro indivíduo a partir de divisões de si mesmo, não deixando por isso de ser organismos vivos bem individualizados. O mesmo ocorre, poder-se-ia argumentar, no início da gestação humana: o que existe desde esse momento não é um amontoado de células, mas um indivíduo, um ser humano¹⁰⁵, que tem nessa fase a capacidade – que depois perderá – de se multiplicar por divisão, ou melhor, por cissiparidade.

Além disto, a partir de uma análise realmente empírica, percebe-se que o embrião actua como um organismo, e reconhece-se que as suas diversas partes se especializam no cumprimento de funções específicas, sendo possível também reconhecer uma interação entre estas partes. Tudo isto se torna compreensível à luz do que poderíamos chamar os três objectivos do embrião na sua primeira semana de vida: chegar ao útero onde se dará a sua própria fixação, desenvolver as estruturas necessárias para tornar esta fixação viável, e preservar a sua unidade estrutural resistindo a eventuais ameaças. Hierarquicamente há, por assim dizer, um objectivo maior na actuação do embrião, para o qual esta se orienta: a de receber alimentação adequada ao crescimento e ao desenvolvimento congénito que é preciso assegurar¹⁰⁶.

¹⁰⁵ Cf. *EDHL*, pp. 149-150.

¹⁰⁶ Cf. *EDHL*, pp. 151-152; a citação de trabalhos especializados na embriologia cf. *EDHL*, pp. 153-158.

A capacidade do embrião para se dividir e a sua totipotência estão na origem de uma controvérsia entre Singer e Oderberg, que é relevante para a questão do estatuto do embrião. Trata-se, por outro lado, de uma questão importante para esclarecer as questões da experimentação em embriões e do seu estatuto moral. Ao discutir a continuidade da nossa existência da concepção à vida adulta, Singer usa a possibilidade de geminação, presente até ao 14º dia após a fecundação, como argumento para provar que o embrião humano não pode ser reconhecido como ‘pessoa’. E afirma: a partir de um único embrião, que provavelmente se perderia, seria possível que resultassem diversos seres humanos adultos. Este argumento fundamenta a sua crítica à tese de David Oderberg, segundo a qual pode afirmar-se a unidade do ser humano como pessoa desde a sua fase de zigoto ou embrião até à sua vida adulta. Na descrição singeriana, a totipotência e a possibilidade de divisão provariam que o embrião original, que dá origem aos restantes, não passaria na verdade de um ‘aglomerado de células’ (*‘cluster of cells’*), com a potencialidade natural correspondente a seres da sua idade de virem um dia a transformar-se em ‘pessoas’¹⁰⁷.

Oderberg, no entanto, considera que o problema diz respeito na verdade a uma questão metafísica relativa à identidade do feto originário e dos seus sucessores na divisão. No caso dos gémeos univitelinos, a identidade de cada um deles não remonta à sua fertilização, mas ao momento da ‘divisão’ - por isso precisamente a palavra ‘concepção’ não pode, em seu entender, ser usada como sinónimo de ‘fertilização’. Pode-se no entanto identificar o ser humano presente desde a fertilização até à sua divisão, momento em que ele deixará então de existir. Mas é evidente, que a individualidade do embrião não pode ser afectada nem pelas suas próprias potencialidades de se dividir, dando origem a múltiplos embriões, nem pelas divisões provocadas externamente ao seu ser para a colheita de células totipotentes e consequente clonagem¹⁰⁸.

¹⁰⁷ Cf. *PE*², p. 157; *PE*³, p. 145. Na segunda edição Singer discute este aspecto da geminação a partir de um aglomerado de células – sem a menção do nome de Oderberg, que só aparecerá na terceira e última edição.

¹⁰⁸ Cf. *AE*, pp. 17-19. Sobre a questão dos gémeos univitelinos cf. também D. S. ODERBERG, “Modal Properties, Moral Status, and Identity”, *Philosophy and Public Affairs*, Vol. 26, No. 3, 1997, pp. 259-298; G. E. M. ANSCOMBE, *Human Life, Action and Ethics*, Exeter, Imprint Academic, 2005, pp. 27-73; *SPE*, pp. 262-263; Robert L. SASSONE, *The Tiniest Humans. Based on Interviews with Professor Jèrôme Lejeune and Professor Sir Albert William Liley*, Library of Congress No. 77-76811, Virginia, American Life League Inc., 1977, pp. 62-63, 72-74.

3.5. O darwinismo de Singer

Peter Singer recorre com frequência aos escritos de Darwin para fundamentar a sua tese sobre a igualdade de todos os animais e para justificar as implicações éticas que retira dessa igualdade. Desta perspectiva, a teoria darwiniana da evolução, que fomentou uma outra forma de olhar o ser humano e de o analisar, está também na origem da perspectiva adoptada por Singer.

Mais do que anular todas as diferenças, o darwinismo esteve na origem de justificações teóricas para o racismo, o sexismo, a eugenia, por admitir fracturas relevantes no interior do grupo dos membros da espécie *Homo sapiens*. Estas fracturas cristalizam na distinção de classes superiores e inferiores dentro da própria espécie humana. De forma semelhante, a denúncia do ‘especismo’, levada a cabo por Singer, repercute na espécie *Homo sapiens* estabelecendo uma discriminação parecida: uma vez que deixa de ser relevante a pertença à espécie, e importam apenas os ‘indicadores de humanidade’, alguns seres humanos superiores recebem o atributo de ‘pessoas’ enquanto outros não têm direito a esse atributo. Esta circunstância leva a distinguir os primeiros como seres superiores, detentores do direito à vida dos restantes, que, como seres inferiores e sem o referido direito, estão disponíveis para desempenhar qualquer função que venha a ser definida pelos primeiros.

Singer, como já se referiu, assimilou o ‘especismo’ ao ‘sexismo’ e ao ‘racismo’, sem ter em conta um dado óbvio, que no entanto é relevante para o que aqui está em causa: e é que o ‘especismo’ distingue indivíduos de espécies diferentes, enquanto o racismo e o sexismo estabelecem uma discriminação no interior da espécie humana. Se tivesse tido em conta esta diferença, teria reconhecido talvez que a sua posição final – distinguir entre seres humanos pessoais e seres humanos não pessoais – está teoricamente mais próxima do racismo e do sexismo do que aquela que ele combate. Como o próprio Singer reconhece, o que aqueles preconceitos têm de inaceitável é que dão destaque a certas características físicas presentes em indivíduos da mesma espécie, características essas que passam a ser reconhecidas como algo essencialmente positivo, e as torna relevantes no plano moral. Ora, na verdade este é também o efeito que resulta da rejeição do ‘especismo’ proposta por Singer, uma vez que leva a distinguir os seres humanos empiricamente e a hierarquizá-los em função das competências que manifestam.

Acentuando esta dimensão empírica, Singer não deixa de insistir na proximidade genética como uma forma de continuidade entre seres humanos e não humanos¹⁰⁹, chamando à atenção, por exemplo, para o facto de que há maior afinidade entre o código genético humano e o do chimpanzé do que entre os chimpanzés e os gorilas. Com base no progresso no conhecimento genético disponível e nas características específicas do seu empirismo, Peter Singer afirma:

Há muitos anos que a maioria dos biólogos assumiu que os seres humanos evoluíram como um ramo separado dos outros grandes macacos, incluindo os chimpanzés e gorilas. [...] Técnicas mais recentes da biologia molecular permitiram-nos medir com bastante precisão a dimensão da diferença genética entre animais diferentes. Sabemos agora que partilhamos 98,4 por cento do nosso ADN com os chimpanzés. É uma diferença genética muito pequena. É, por exemplo, menor do que a que existe entre duas espécies diferentes de símios, que estão separados por 2,2 por cento; [...] Mais importante ainda é o facto da diferença entre nós e os chimpanzés ser inferior aos 2,3 por cento que separam o ADN dos chimpanzés do dos gorilas. Por outras palavras, somos nós – não os gorilas – os parentes mais próximos dos chimpanzés¹¹⁰.

No entanto, apesar da semelhança que é possível observar entre os animais na fase embrionária, observa-se também que há uma diferença significativa no processo de formação e de desenvolvimento do ser humano nos estágios iniciais de sua vida, diferença que marca uma autêntica descontinuidade entre o homem e os restantes animais¹¹¹. Singer não tem em conta este facto. Esta descontinuidade revela-se não só do ponto de vista comportamental mas também do ponto de vista físico: nas crianças humanas a última fase do seu desenvolvimento inicial é realizada depois do nascimento, pelo que se poderia dizer que passam por uma etapa de desenvolvimento embrionário extrauterino, enquanto os animais não humanos mais próximos do ser humano, num nível semelhante de desenvolvimento, se encontram ainda em fase intrauterina. Não admira, por isso, que estes últimos apresentem um nível diferente de desenvolvimento

¹⁰⁹ Cf. MDP, p. 46.

¹¹⁰ RLD, p. 177: “For many years, most biologists assumed that humans evolved as a separate branch from the other great apes, including the chimpanzees and gorillas. [...] More recent techniques in molecular biology have enabled us to measure quite precisely the degree of genetic difference between different animals. We now know that we share 98.4 per cent of our DNA with chimpanzees. This is a very slight genetic difference. It is, for example, less than that between two different species of gibbon, which are separated by 2.2 per cent; [...] More significant still is the fact that the difference between us and the chimpanzees is less than the 2.3 per cent that separates the DNA of chimpanzees from that of gorillas. In other words, we – not the gorillas – are the chimpanzees’ nearest relatives”.

¹¹¹ Cf. Erich BLECHSCHMIDT, *Sein und Werden. Die menschliche Frühentwicklung*, Stuttgart, Verlag Urchhaus, 1982, pp. 20 ss.

físico ao nascerem. Podemos dizer que estes já nascem ‘prontos’, enquanto os bebés humanos estão ainda ‘inacabados’. Aliás, como se observou, há que reconhecer que o que vemos nas crianças pequenas - e nos leva a considerá-las desde sempre ‘pessoas’ - é essencialmente a potencialidade que têm para desenvolverem propriedades e recursos. Ao lidar com elas, contamos com as capacidades que se manifestarão ao longo do tempo¹¹².

Este facto, mais do que anular a condição pessoal dos membros da espécie humana no início da sua vida, autorizar-nos-ia antes a sustentar que se algum dia se vier a comprovar a existência de uma espécie não humana que apresente interioridade sensível e ‘autoconsciência’, e nos representantes adultos ‘racionalidade’, poderemos afirmar que estamos a lidar com ‘pessoas’ mesmo que pertençam a outras espécies¹¹³.

3.6. Singer – vítima da ‘falácia naturalista’?

Alguns críticos recentes de Singer acusam-no de ser vítima da chamada ‘falácia naturalista’¹¹⁴, dado que parte de proposições descritivas e deduz delas proposições prescritivas¹¹⁵. A crítica atinge de forma particularmente incisiva a consistência do projecto bioético de Singer porque a identificação e denúncia da referida falácia remonta a David Hume e Singer se apresenta a si mesmo como um discípulo e admirador de Hume.

¹¹² Cf. Robert SPAEMANN, *Grenzen. Zur ethischen Dimension des Handelns*, Stuttgart, Klett-Cotta Verlag, 2002, pp. 417-428. Spaemann chega mesmo a falar de uma “gravidez extrauterina” – “*extrauterinen Schwangerschaft*”.

¹¹³ Cf. *P*, p. 264.

¹¹⁴ Esta falácia foi apresentada por G. E. Moore, mas indicada como ‘*The Is-Ought Problem*’ já em David Hume no Livro III do seu *A Treatise of Human Nature*, onde adverte os seus contemporâneos da impossibilidade de dedução de proposições prescritivas de tipo imperativo a partir de proposições descritivas. Cf. David HUME, *A Treatise of Hume Nature*, Oxford, Oxford University Press, 2009, p. 302: “*In every system of morality, which I have hitherto met with, I have always remark’d, that the author proceeds for some time in the ordinary way of reasoning, and establishes the being of a God, or makes observations concerning human affairs; when of a sudden I am surpriz’d to find, that instead of the usual copulations of propositions, is, and is not, I meet with no proposition that is not connected with an ought, or an ought not. This change is imperceptive; but is, however, of the last consequence. For as this ought, or an ought not, expresses some new relation or affirmation, ‘tis necessary that it shou’d be observ’d and explain’d; and at the same time that a reason shou’d be given, for what seems altogether inconceivable, how this new relation can be a deduction from others, which are entirely different from it. But as authors do not commonly use this precatation, I shall presume to recommend it to the reader; and am perswaded, that this small attention wou’d subvert all the vulgar systems of morality, and let us see, that the distinction of vice and virtue is not founded merely on the relations of objects, nor is perceiv’d by reason*”.

¹¹⁵ Cf. Francesc TORRALBA ROSELLÒ, *¿Qué es la dignidad humana? Ensayo sobre Peter Singer, Hugo Tristram Engelhardt y John Harris*, Barcelona, Herder Verlag, 2005, pp. 169-172.

Na raiz desta crítica está a observação de que Singer não se dá conta de que, mesmo que ele não constate uma diferença fundamental entre o ser humano e os animais não humanos, este facto não lhe permitiria derivar as consequências éticas que ele próprio extrai deste facto no que diz respeito aos direitos humanos, mais especificamente à igualdade ou não destes direitos para todos os homens ou para alguns homens e para outros animais; esta seria a razão por que se poderia afirmar que cai na ‘falácia naturalista’.

Se Singer deduz uma proposição prescritiva, ao conceder o estatuto de ‘pessoa’ a determinados seres vivos, humanos ou não, a partir da sua comprovação empírica de que possuem certos atributos típicos, e reivindica para eles um determinado tipo de tratamento ético, encontra-se na situação descrita por Hume e denominada ‘falácia naturalista’. Mas, dado que se Singer se diz um admirador e um seguidor da ética de Hume, não deveria admitir inferências como esta. E se o faz, não argumenta de forma coerente, pelo que se poderia dizer que a sua fundamentação da bioética carece, em última instância, de justificação.

Em todo caso, esta crítica de incoerência não significa que em si mesma a “falácia naturalista”, ou o que ele denuncia, esteja justificada. Com efeito, é possível sustentar, que o direito humano à vida não se limita nem a certas situações, nem a certos lugares, nem mesmo a certas épocas. Não corresponde a um direito a desempenhar uma acção específica em determinada situação. Corresponde antes a um estatuto que o indivíduo já possui desde o início de sua vida, portanto desde a sua concepção. E é uma consequência de uma determinada entidade ser especificamente o que ela é¹¹⁶. ‘Ser pessoa’ é uma reivindicação incondicional. Esta incondicionalidade seria hipotética se dependesse de condições empíricas. Deste ponto de vista, o conceito de ‘pessoa’ não corresponde ao conceito de espécie, mas reporta-se ao modo que têm os seres humanos de referir-se à própria espécie¹¹⁷. Há, aliás, uma incongruência clara no modo como Singer se refere à condição pessoal dos seres humanos – exigindo que os membros da espécie humana ostentem ‘indicadores de humanidade’ para poderem ser reconhecidos como pessoas – e o modo como se refere aos animais não humanos. Os exemplos põem em evidência que Singer não adopta o mesmo critério quando se refere à condição

¹¹⁶ Cf. *EDHL*, p. 117.

¹¹⁷ Cf. *P*, pp. 262-263.

pessoal dos homens e dos restantes animais. Assim, podemos encontrar em PE sucessivamente:

Partamos do princípio questionável de que as galinhas não são autoconscientes¹¹⁸.

Um pato abatido por um caçador (aceitando o pressuposto duvidoso que os patos não são autoconscientes) [...] ¹¹⁹.

Se «ser humano» for usado como equivalente a «pessoa», a segunda premissa do argumento, que afirma que o feto é um ser humano, é claramente falsa – pois não se pode defender de forma plausível que o feto seja racional ou autoconsciente”¹²⁰.

[...] como nenhum feto é uma pessoa, nenhum feto tem o mesmo direito à vida que uma pessoa. Ora temos de admitir que estes argumentos se aplicam tanto a um bebé recém-nascido como a um feto. Um bebé recém-nascido de uma semana não é um ser racional e autoconsciente [...]. Se o feto não tem o mesmo direito à vida que uma pessoa, parece que o bebé recém-nascido também não tem [...] ¹²¹.

As duas primeiras afirmações referem-se a animais não humanos. Nesses casos Singer não exigiu que os animais em questão ostentassem sinais evidentes de ‘autoconsciência’ e ‘racionalidade’. Limitou-se a invocar a possibilidade de que esse fosse o caso, mesmo que não possamos prová-lo. Os dois últimos textos referem-se aos seres humanos. Neste caso, Singer não parece ter nenhuma dúvida de que o feto ou o ser humano recém-nascido não são ‘pessoas’. Ora, a única razão desta certeza é que o feto e a criança recém-nascida não ostentam sinais evidentes de ‘autoconsciência’ e de

¹¹⁸ PE¹, p. 104; PE², p. 133: “Let us make the questionable assumption that chickens are not self-conscious” (tradução segundo EP, p. 152). Na terceira edição a frase é alterada para: “Suppose that we could be confident that chickens, for example, are not aware of themselves as existing over time (and as we have seen, this assumption is questionable)” (PE³, p. 120).

¹¹⁹ PE¹, p. 105; PE², p. 133: “A duck shot by a hunter (making the shaky assumption that ducks are not self-conscious) [...]” (tradução segundo EP, p. 153). Na terceira edição a frase é alterada para: “A duck shot by a hunter (assuming for the sake of the argument that ducks are not self-aware [...]) [...]” (PE³, p. 120).

¹²⁰ PE¹, p. 117; PE², p. 150; PE³, p. 135: “If ‘human’ is taken as equivalent to ‘person’, the second premise of the argument, which asserts that the fetus is a human being, is clearly false; for one cannot plausibly argue that a fetus is either rational or self-conscious” (tradução segundo EP, p. 170).

¹²¹ PE¹, pp. 122-123; PE², p. 169: “since no fetus is a person no fetus has the same claim to life as a person. Now it must be admitted that these arguments apply to the newborn baby as much as to the fetus. A week-old baby is not a rational and self-conscious being, [...]. If the fetus does not have the same claim to life as a person, it appears that the newborn baby does not either, [...]” (tradução segundo EP, p. 189-190). Na terceira edição a frase é alterada para: “because no fetus is a person, no fetus has the same claim to life as a person. Now we have to face the fact that these arguments apply to the newborn baby as much as to the fetus. A week-old baby is not a rational and self-aware being, [...]. If, for the reasons I have given, the fetus does not have the same claim to life as a person, it appears that the newborn baby does not either [...]” (PE³, p. 151).

‘racionalidade’. Logo, não procede do mesmo modo quando se trata de discutir o estatuto pessoal ou não dos seres da espécie humana e dos restantes animais.

Mas voltemos à tese de que o direito humano à vida não se limita a certas situações; se estendermos a discussão aos direitos humanos (ou ‘direitos de pessoas’), haveria que afirmar que, tal como ocorre com o direito à vida, estes direitos não são concedidos, mas que são reclamados. O critério decisivo para resolver a questão da identificação de quem é pessoa encontra-se na pertença biológica à espécie *Homo sapiens*. Mas isto significa que, com base no património genético, é possível reconhecer como pessoa humana qualquer ser que tenha sido gerado por outras pessoas humanas.

Alguns comentadores de Singer têm chamado a atenção também para o facto de o raciocínio lógico singeriano mostrar frequentemente uma *petitio principii* na análise do conceito ‘pessoa’, com o típico raciocínio em círculo (*circulus in demonstrando*). Que o ser humano apresenta em determinados momentos ou em determinadas fases da sua vida determinadas propriedades perceptíveis empiricamente, que põem em evidência o ser pessoal que ele é, é uma verdade inquestionável; mas desta afirmação não decorre, no entanto, como consequência, que em caso de não as apresentar (‘ainda não’, ‘temporariamente não’ ou ‘já não’) deva ser negado o seu estatuto de ‘pessoa’ e se deva afirmar que é ou passou a ser apenas um membro da espécie humana, o que significa, em sentido singeriano, um mero animal. Certamente, a presença de indicadores de humanidade permite-nos inferir que estamos em face de uma pessoa, mas a ausência de esses indicadores num ser humano não nos permite concluir nada sobre a condição pessoal ou não pessoal do ser humano em causa¹²².

Destacámos alguns aspectos mais significativos e mais constantes das críticas que têm sido dirigidas ao projecto singeriano, que põem em causa a pertinência da sua denúncia do ‘especismo’ e a consistência da alternativa que propõe.

Como vimos, a crítica ao ‘especismo’ leva Singer a não ser inteiramente coerente no seu uso do termo ‘pessoa’. Com efeito, a sua análise é marcada por um alto nível de exigência relativamente aos seres humanos e por uma especial condescendência relativamente aos animais não humanos, que não precisam de ostentar, como os seres humanos, os indicadores que permitiriam qualificá-los como seres pessoais. Em

¹²² Cf. *PB*, p. 163.

consequência dessa crítica, Peter Singer distinguiu e esclareceu o duplo sentido contido no conceito ‘ser humano’. Ao mostrar e fixar o que para ele se confunde nos termos ‘homem’ e ‘pessoa’, fixa o que em seu entender é decisivo na abordagem ética da vida humana e animal face à investigação científica e aos recursos terapêuticos. Desta análise resulta, no entanto, um dualismo radical e insuperável, uma espécie de modelo esquizofrénico de compreensão daqueles que possuem tanto os requisitos de ‘homem’, por pertencerem à espécie *Homo sapiens*, como os de ‘pessoa’, por apresentarem de forma actualizada e empiricamente constatável as notas da ‘racionalidade’ e da autoconsciência. Nestes casos – ao seguirmos o raciocínio singeriano – somos obrigados a reconhecer em cada indivíduo, de forma estanque, a ‘vida biológica’, por um lado, e a ‘vida biográfica’, por outro.

Mas como pensar a unidade de um ser que apresenta ‘duas vidas’ que não se tocam nem se implicam, isto é, que podem dar-se e se dão de facto separadamente? Ou o que permitiria, em última análise, a transformação do simples ‘homem’ numa ‘pessoa’, ou melhor, o que permitiria a aquisição de uma ‘vida biográfica’ para além da ‘vida biológica’, que já se tem desde o início? De onde brota e como se explica esta novidade? Como procurámos mostrar, Singer crê encontrar o elo de ligação entre estas duas vidas no conceito de ‘pessoa em potência’. Mas com isto o autor tem que admitir uma distinção – já de partida – entre um ‘ser humano’, enquanto exemplar da espécie *Homo sapiens*, e um animal não humano. Esta potencialidade constituiria o elemento de união, o elo entre todos os exemplares desta espécie, e diferenciá-los-ia dos outros animais, colocando-os num patamar superior. Mas Singer não conclui deste modo: pelo contrário, enquanto o ‘ser humano’ deve fazer prova dos seus ‘indicadores de humanidade’, os animais não humanos podem e devem ser reconhecidos como ‘pessoas’, sem necessidade de fazer prova de que cumprem este critério de exigência.

Conclusão

Como se procurou mostrar, Peter Singer apresenta uma definição ostensiva de ‘pessoa’, de base empírica. Desta definição infere consequências éticas que, em termos gerais, levam à rejeição do ‘especismo’. Nesta linha de análise, merece destaque a propriedade da ‘autoconsciência’. Em seu entender, a referência à ‘autoconsciência’ permite estender o conceito de ‘pessoa’ aos animais não humanos (pondo as bases do que viria a ser o movimento da liberação animal), além de permitir excluir os seres humanos incapacitados desta categoria privilegiada. Na sua teoria, um ser humano pode ser ou não ‘pessoa’. E o mesmo se pode dizer dos outros animais. Decisivo para isto é apresentar os ‘indicadores de humanidade’, expressão até certo ponto paradoxal, dado que, como vimos, Singer pretende precisamente desvincular os termos ‘homem’ e ‘pessoa’ e aproximar os termos ‘pessoa’ e ‘animal’. Estes indicadores são propriedades que se vão adquirindo gradualmente ao longo da vida. ‘Ser pessoa’ passa a significar uma constante actualização de certas propriedades típicas. Por isto o feto é, para o filósofo australiano, simplesmente uma ‘pessoa em potência’, que ainda não possui realmente a propriedade da ‘personalidade’. Como consequência, há alguns seres humanos que ainda não são ‘pessoas’, enquanto outros já o foram e deixaram de o ser, e outros nunca chegarão a sê-lo.

Uma consequência prática deste modo de conceber a ‘pessoa’ é a denúncia da ilegitimidade de um tratamento diferenciado dos seres humanos relativamente a todos os outros seres vivos; esta consequência decorre de se ter esbatido o critério de seleção e de reconhecimento de uma ‘pessoa’, limitando-o a dados como a presença de sensibilidade ao prazer e à dor. Isto conduz, por sua vez, ao estabelecimento de uma nova hierarquia, na qual se contrapõem seres inferiores a outros superiores, mas agora agrupados com independência da espécie a que cada um pertence, tendo como base apenas as suas capacidades individuais. Esta nova hierarquia está aos seus olhos justificada e legítima tratamentos diferenciados e hierarquizáveis¹²³; este facto, aliado ao dualismo radical, à luz do qual concebe as pessoas humanas, permite a Singer considerar alguns seres humanos como meras mercadorias, cujo único valor reside nos seus atributos e na sua utilidade. É o caso especialmente dos embriões/fetos e das

¹²³ Cf. *PE*¹, p. 90; *PE*², p. 107; *PE*³, pp. 91-92.

crianças, isto é, dos por ele classificados como ‘pessoas em potência’. Mas o mesmo se poderia dizer de um idoso fortemente limitado ou de um deficiente.

Em seu entender, e em grande medida em virtude do modelo ético consequencialista que adoptou, para acompanhar o avanço da tecnologia médica é indispensável eliminar o princípio da santidade da vida humana, pelo seu carácter opressivo e limitador, que nos permitiria equipará-lo ao conceito de ‘especismo’. Sustentando esta posição, Singer não tem em conta que todos os indivíduos da espécie humana mantêm a sua identidade ao longo do tempo. O seu desenvolvimento nunca a altera de forma substancial. Ao admitir a ‘potencialidade’, reconhecemos na verdade as diversas disposições que cada indivíduo já traz consigo, e que poderão actualizar-se com o tempo. Neste sentido, poder-se-ia dizer que existe uma ‘potencialidade’ associada às capacidades, mas não a ‘potencialidade’ de ‘ser pessoa’.

Mas porque se reconheceu (em vez de se ‘atribuir’) aos homens, aos membros da espécie *Homo sapiens*, o estatuto de ‘pessoas’? O que nos levou a estabelecer uma ligação interna entre ‘ser humano’ e ‘ser pessoal’?

Aristóteles recordou que começamos por conhecer um modelo de homem a partir de um adulto normal, ou seja com as suas capacidades actualizadas¹²⁴ (o qual, embora seja adulto, ainda não desenvolveu todas as suas potencialidades), para estendermos depois a toda a espécie humana esta descrição. Aristóteles, ao reconhecer o homem como um animal racional, refere-se à essência da humanidade, à sua natureza, e descreve o membro da espécie humana com as suas respectivas propriedades com base em membros paradigmáticos e normais¹²⁵. Em seu entender, não seria correcto, nem corresponderia à realidade, tomar como referência para esta identificação um homem nos seus anos de infância, e generalizar atribuindo à espécie as suas limitações físicas e mentais de criança.

Mas, enquanto podemos dizer ‘este ser humano ainda não pode fazer algo’, por exemplo escrever um poema, em relação a um animal não humano não podemos afirmar o mesmo. Este já é tudo o que pode ser em cada momento de sua vida, enquanto o homem possui uma intimidade a ser revelada. O que obriga ao reconhecimento da

¹²⁴ Sobre o conceito ‘potencialidade em exercício’ cf. *MDP*, p. 99.

¹²⁵ Cf. *MT*, pp. 182-183.

dignidade humana é o facto, absolutamente único, de o homem ser ‘autor do seu próprio ser’, isto é, de lhe corresponder dar forma à sua humanidade. O homem tem uma natureza, que ele actualiza. Se se limitasse a sê-la, e não a tivesse, todos os seres humanos seriam iguais. Os chamados ‘actos desumanos’ põem precisamente em destaque, por contraste, uma natureza humana susceptível de ser contrariada pelo próprio homem que a possui.

O homem é reconhecidamente um indivíduo, um indivíduo único e singular, de condição corpórea. Este facto evidentemente não suspende o seu ‘ser pessoa’, a sua condição relacional. E, se se verificasse que algum dos indivíduos desta espécie está temporária ou definitivamente impedido de exercer em primeira pessoa a sua condição pessoal, ele não deixaria de ser pessoa, ficaria antes temporária ou definitivamente confiado a terceiros, cumprindo, por assim dizer, o papel de estimular o desempenho de um papel por outros. Esta circunstância não o leva a perder a sua identidade, já que o ‘agir’ está enraizado no ‘ser’¹²⁶.

Em contraste com esta visão – por assim dizer essencialista – de Aristóteles, a definição de ‘pessoa’ que Singer acaba por propor é, no fundo, apenas uma definição nominal. Ora, uma definição nominal, por partir de uma característica, é adequada e aplicável a questões matemáticas ou científicas, pelo seu carácter abstrato, mas não se presta a definir um objeto real. Este requer uma definição real com capacidade descritiva e normativa. O sujeito é o portador da propriedade reconhecidamente importante para a sua caracterização. Mas, caso a propriedade não esteja presente, e não se faça notar empiricamente de forma temporária ou mesmo definitiva, confrontamo-nos com um problema ao nível do ‘ter’ e não do ‘ser’. Enquanto que, se quisermos criar um conceito para ‘pessoa’ na base do nominalismo, devemos escolher uma ou mais características absolutamente indispensáveis – no caso de Singer a ‘autoconsciência’ e a ‘racionalidade’ – comprováveis empiricamente, e perguntar então à biologia como e quando se atinge este grau máximo, e como é que este caminho permite gradações e uma margem de limitação dentro da normalidade (o que para Singer significa ‘não ser’, ‘ser menos’ ou ‘ser mais’ pessoa).

¹²⁶ Cf. *MDP*, p. 99.

Uma aproximação deste tipo é particularmente problemática quando se procura dar conta da realidade pessoal, humana ou outra. Com efeito, a impossibilidade de manifestar certa característica, mesmo que se trate da ‘autoconsciência’ ou da ‘racionalidade’, não altera a natureza de um indivíduo, neste caso do ser humano. São as propriedades do ser que determinam a sua forma de expressão. Nesse sentido, devemos reconhecer o que é o corpo e a diferença entre os corpos dos seres vivos, sabendo distinguir o valor intrínseco e a dimensão simbólica da corporeidade humana, manifestados em todos os seus actos¹²⁷.

A consequência prática da separação teórica entre os conceitos de ‘ser humano’ e de ‘pessoa’ no interior da espécie *Homo sapiens* teorizada por Singer é a atribuição a alguns dos seus membros de uma inferioridade equiparável à que no seu tempo teorizaram os defensores do racismo e do sexismo (e que Singer considera que não foi reconhecida por se ter tido uma atitude ‘especista’).

Abordaram-se alguns aspectos relevantes da proposta singeriana e procuraram mostrar-se algumas das consequências, teóricas e práticas, que decorrem da denúncia da ambiguidade inscrita no conceito de ‘homem’. Singer reedita nesta denúncia um problema milenar da história da filosofia: o que é ser pessoa? Que relação há entre ‘ser homem’ e ‘ser pessoa’? Por que razão atribuímos aos seres humanos o estatuto pessoal? No entanto, a proposta singeriana, fundada na distinção radical, tanto teórica como fáctica, entre ser membro da espécie *Homo sapiens* e ser um ‘ser pessoal’ não parece resolver satisfatoriamente o problema desta articulação. E levanta ela própria mais problemas do que aqueles que pretende resolver.

¹²⁷ Cf. *MDP*, p. 101.

Bibliografia

1. Fontes

SINGER, Peter, *Como devemos de viver? A ética numa época de individualismo*. Tradução portuguesa de Fátima St. Aubyn, Lisboa, Dinalivro, 2005.

_____, *Ética Prática*. Tradução portuguesa de A. A. Fernandes, Lisboa, Gradiva, 2002.

_____, *How are we to live? Ethics in an age of self-interest*, Oxford, Oxford University Press, 1993, reprinted 1997.

_____, *Practical Ethics*, Cambridge, Cambridge University Press, 1979, reprinted 1989; second edition 1993, reprinted 1995; third edition 2011.

_____, “A Response”, in JAMIESON, Dale (ed.), *Singer and his Critics*, Oxford, Blackwell Publishers, 1999, pp. 269-335.

_____, *Rethinking Life and Death. The Collapse of Our Traditional Ethics*, New York, St. Martin's Griffin, 1996.

_____, “Rethinking Life and Death: A New Ethical Approach”, in UHLMANN, Michael M. (ed.), *Last Rights? Assisted Suicide and Euthanasia Debated*, Washington, Ethics and Policy Center, 1998, pp. 171-198.

_____, “Sanctity of Life or Quality of Life?”, *Pediatrics* Vol. 72 No. 1 July 1, Illinois, American Academy of Pediatrics, 1983, pp. 128-129, *citado em* <http://pediatrics.aappublications.org/content/72/1/128.abstract> consultado em 20.01.2013.

_____, “Taking Humanism Beyond Speciesism”, *Free Inquiry*, 24, no. 6 (Oct/Nov 2004), pp. 19-21, *citado em* www.utilitarian.net/singer/by/200410--.htm consultado em 20.03.2013.

_____, *Unsanctifying Human Life. Essays on Ethics*, KUHSE, Helga (ed.), Oxford, Blackwell Publishers, 2002.

SINGER, Peter, DAWSON, Karen, “IVF Technology and the Argument from Potential”, *Philosophy and Public Affairs*, Vol. 17, No. 2 (Spring, 1988), Princeton University Press, pp. 87-104, *citado em* www.utilitarian.net/singer/by/1988----.pdf, consultado em 16.09.2012.

SINGER, Peter, KUHSE, Helga, *Should the Baby Live? The Problem of Handicapped Infants*, Oxford, Oxford University Press, 1985.

_____, "What is bioethics? A historical introduction", in KUHSE, Helga, SINGER, Peter (eds.), *A Companion to Bioethics*, Oxford, Blackwell Publishers, 2001, pp. 3-11.

SINGER, Peter, WALTERS, William A. W. (eds.), *Test-Tube Babies. A guide to moral questions, present technics and future possibilities*, Oxford, Oxford University Press, 1982.

2. Referências Bibliográficas

ANSCOMBE, G. E. M., *Human Life, Action and Ethics*, Exeter, Imprint Academic, 2005.

BLECHSCHMIDT, Erich, *Sein und Werden. Die menschliche Frühentwicklung*, Stuttgart, Verlag Urchhaus, 1982.

BLUMER, Karin, *Tierversuche zum Wohle des Menschen? Ethische Aspekte des Tierversuchs unter besonderer Berücksichtigung transgener Tiere*, München, Herbert Utz Verlag, 1999.

BOURGEOIS, Verne Warren, *What Philosophers Say About You*, Ontario, Wilfrid Laurier University Press, 2009.

BRENNAN, Andrew, LO, Yeuk-Sze, "Environmental Ethics", *The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Fall 2011 Edition)*, Edward N. Zalta (ed.), URL = <http://plato.stanford.edu/archives/fall2011/entries/ethics-environmental/> consultado em 16.12.2012.

BRENTANO, Franz, *Psychology from an Empirical Standpoint*, London, Routledge and Kegan Paul, 1874/1911/1973, citado em JACOB, P., "Intentionality", *The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Fall 2010 Edition)*, URL = <http://plato.stanford.edu/archives/fall2010/entries/intentionality/> consultado em 07.05.2013.

BRODY, B. A., “Abortion and the Law”, *The Journal of Philosophy*, 68, No. 12 (June 17, 1971), pp. 357-369, citado em WARREN, Mary Anne, “On the Moral and Legal Status of Abortion”, *The Monist*, Vol. 57, No. 1, 1973, pp. 443-61.

CHAPPELL, Tim, “In Defense of Speciesism”, in ODERBERG, David S., LAING, Jacqueline A. (eds.), *Human lives: critical essays on consenquentialist bioethics*, New York, Palgrave Macmillan, 1997, pp. 96-108.

CLARK, Stephen R. L., “Natural Integrity And Biotechnology”, in ODERBERG, David S., LAING, Jacqueline A. (eds.), *Human lives: critical essays on consenquentialist bioethics*, New York, Palgrave Macmillan, 1997, pp. 58-76.

CHAURASIA B.D., *Calvarial defect in human anencephaly*, «Teratology», 29, 165-172, 1984, citado em <www.providaanapolis.org.br/cnbport.htm> consultado em 07.12.2012.

DELLAPENNA, Joseph W., “*Dispelling the Myths of Abortion History*”, North Carolina, Carolina Academic Press, 2006.

DEMONGEOT, Jacques, WEIL, Georges, “Création des premiers systèmes vivants et ARN fossiles”, *Le Temps des Savoirs*, n° 7, Février 2005, pp. 59-79.

DUPUY, Jean-Pierre, “Pour une évaluation normative du programme nanotechnologique”, *Le Temps des Savoirs*, n° 7, Février 2005, pp. 205-223.

FERRER, Jorge José, ÁLVAREZ, Juan Carlos, *Para fundamentar la bioética. Teorías y paradigmas teóricos en la bioética contemporánea*, Madrid, Editorial Desclée De Brouwer, 2005.

GASPAR, Pedro João, *Embriões “excedentários” criopreservados: que destino dar-lhes?*, Monografia de Mestrado em Comunicação e Educação em Ciência, Universidade de Aveiro, 2004, citado em <https://iconline.ipleiria.pt/bitstream/10400.8/1111/1/Embri%C3%B5es%20%E2%80%9Cexcedent%C3%A1rios%E2%80%9D%20criopreservados.pdf> consultado em 11.02.2013.

GEORGE, Robert P., TOLLEFSEN, Christopher, *Embryo. A Defense of Human Life*, New York, Doubleday, 2008.

GILLET, Grant, "Young Human Beings: Methaphysics and Ethics", in ODERBERG, David S., LAING, Jacqueline A. (ed.), *Human lives: critical essays on consenquentialist bioethics*, New York, Palgrave Macmillan, 1997, pp. 109-127.

GRÄFRATH, Bernd, *Evolutionäre Ethik? Philosophische Programme, Probleme und Perspektiven der Soziologie*, Berlin, de Gruyter, 1997.

HONNEFELDER, Ludger, "Der Streit um die Person in der Ethik", *Philosophisches Jahrbuch*, 100 (1993), Freiburg/München, Verlag Karl Alber, pp. 246-265.

_____, "Der Begriff der Person in der aktuellen ethischen Debatte", in RAGGER, Günter, HOLDERER, Adrian (eds.), *Bewusstsein und Person: Neurologie, Philosophie und Theologie im Gespräch*, Freiburg/Breisgau, Verlag Herder, 2000, pp. 53-69.

_____, "Die Frage nach dem moralischen Status", in HÖFFE, Otfried, HONNEFELDER, Ludger, ISENSEE, Josef, KIRCHHOF, Paul (eds.), *Gentechnik und Menschenwürde. An den Grenzen von Ethik und Recht*, Köln, DuMont-Literatur-und-Kunst-Verlag, 2002, pp. 79-110.

HUME, David, *A Treatise of Human Nature*, NORTON, David Fate, NORTON, Mary J. (eds.), Oxford, Oxford University Press, 2009.

JACOB, P., "Intentionality", *The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Fall 2010 Edition)*, Edward N. Zalta (ed.), URL = <http://plato.stanford.edu/archives/fall2010/entries/intentionality/> consultado em 07.05.2013.

KASS, Leon R., "Death with Dignity and the Sanctity of Life", in UHLMANN, Michael M. (ed.), *Last Rights? Assisted Suicide and Euthanasia Debated*, Washington D.C., Ethics and Public Policy Center, 1998, pp. 199-222.

KRANTZ, Susan Lufkin, *Refuting Peter Singer's ethical theory: the importance of human dignity*, Westport (Connecticut), Praeger Publishers, 2002.

LAING, Jacqueline A., "Innocence and Consequentialism: Inconsistency, Equivocation and Contradiction in the Philosophy of Peter Singer", in ODERBERG, David S., LAING, Jacqueline A. (ed.), *Human lives: critical essays on consenquentialist bioethics*, New York, Palgrave Macmillan, 1997, pp. 196-224.

LEJEUNE, Jérôme, *L'Enceinte Concentrationnaire d'après les minutes du process de Maryville*, Paris, Librairie Arthème Fayard, 1990.

_____, *¿Qué es el embrión humano?*. Tradução espanhola de Antonio Pardo, Rosa Macaya Azparren, Madrid, Ediciones Rialp, 2009.

LUPER, Steven, "Death", *The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Summer 2009 Edition)*, URL = <http://plato.stanford.edu/archives/sum2009/entries/death/> consultado em 20.03.2013.

MARÍAS, Julián, *Persona*, Madrid, Alianza Editorial, 1996.

MENDONÇA, Marta, "Haverá seres humanos que não são homens? A propósito da teoria da personalidade de Singer e Hörster", *Revista Portuguesa de Bioética*, nº 2, Setembro 2007, Coimbra, pp. 171-186.

_____, "A Pessoa e a Bioética", in BARBOSA, António, VALE, Fernando Martins do, COSTA, Paulo (eds.), *Gravitações Bioéticas*, Lisboa, Centro de Bioética da FMUL, 2012, pp. 147-168.

MICHON, Cyrille, *Nominalisme*, Paris, Librairie Philosophique J. Vrin, 1994.

_____, "Les nominalisme et les relations", *Le Temps des Savoirs*, nº 1, Avril 2000, pp. 121-151.

ODERBERG, David S., "Modal Properties, Moral Status, and Identity", *Philosophy and Public Affairs*, Vol. 26, No. 3 (Summer, 1997), Princeton University Press, pp. 259-298.

_____, *Applied Ethics. A Non-Consequentialist Approach*, Blackwell Publishing, Malden, 2005.

_____, *Moral Theory. A Non-Consequentialist Approach*, Blackwell Publishing, Malden, 2005.

O'MATHÚNA, Dónal P., *Human dignity in the Nazi era: implications for contemporary bioethics*, London, BioMed Central - Medical Ethics, 2006, citado em www.biomedcentral.com/1472-6939/7/2 consultado em 29.01.2013.

PREECE, Gordon, "The Unthinkable & Unlivable Singer", in PREECE, Gordon (ed.), *Rethinking Peter Singer. A Christian Critique*, Illinois, InterVarsity Press, 2002, pp. 23-67.

POLO, Leonardo, *Persona y Libertad*, Pamplona, EUNSA, 2007.

RHONHEIMER, Martin, *Natur als Grundlage der Moral. Die personale Struktur des Naturgesetzes bei Thomas von Aquin: Eine Auseinandersetzung mit autonomer und teleologischer Ethik*, Innsbruck-Wien, Tyrolia Verlag, 1987.

_____, *Abtreibung und Lebensschutz. Tötungsverbot und Recht auf Leben in der politischen und medizinischen Ethik*, Paderborn, Verlag Ferdinand Schöningh, 2004.

_____, *Ética de la Procreación*. Tradução espanhola José Mardomingo, José Ramón Pérez-Arangüen, Madrid, Ediciones RIALP, 2004.

RITTER, J., GRUENDER, K. (ed.), *Historisches Wörterbuch der Philosophie*, "Mensch", Basel, Schwabe & Co Verlag, 1980, Vol. 5, pp. 1059-1105; "Nominalismus", 1984, Vol. 6, pp. 874-888; "Person", 1984, Vol. 7, pp. 269-338; "Personalismus", 1984, Vol. 7, pp. 338-341.

RODRIGUEZ-PEREYRA, Gonzalo, "Nominalism in Metaphysics", *The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Fall 2011 Edition)*, URL = <http://plato.stanford.edu/archives/fall2011/entries/nominalism-metaphysics/> consultado em 18.02.2013.

ROLSTON III, Holmes, "Respect for Life: Counting what Singer Finds of no Account", in JAMIESON, Dale (ed.), *Singer and his Critics*, Oxford, Blackwell Publishers, 1999, pp. 247-268.

RYDER, Richard D., "Speciesism Again: the original leaflet", *Critical Society*, Issue 2, Spring 2010, citado em www.criticalsocietyjournal.org.uk/Archives_files/1.%20Speciesism%20Again.pdf consultado em 29.01.2013.

SASSONE, Robert L., *The Tiniest Humans. Based on Interviews with Professor Jèrôme Lejeune and Professor Sir Albert William Liley*, Library of Congress No. 77-76811, Virginia, American Life League Inc., 1977.

SAVAGNONE, Giuseppe, *Metamorfosi della persona. Il soggetto umano e non umano in bioetica*, Torino, Editrice Elledici, 2004.

SCARLETT, Brian, "The Moral Uniqueness of the Human Animal", in ODERBERG, David S., LAING, Jacqueline A. (ed.), *Human lives: critical essays on consensualist bioethics*, New York, Palgrave Macmillan, 1997, pp. 77-93.

SCHELER, Max, "Philosophische Weltanschauung", *Studienausgabe: Späte Schriften*. Manfred FRINGS (Hrsg.), Gesammelte Werke Bd. 9, Bonn, Bouvier Verlag, 2008.

SCHOCKENHOFF, Eberhard, *Ethik des Lebens. Grundlagen und neue Herausforderungen*, Freiburg/Breisgau, Verlag Herder, 2009.

SEIFERT, Josef, *What is Life? The Originality, Irreducibility, and Value of Life*, Amsterdam, Editions Rodopi, 2003.

SGRECCIA, Elio, *Manual de Bioética. Fundamentos e Ética Biomédica*. Tradução portuguesa Mário Matos, Parede (Cascais), Principia Editora, 2009.

SMITH, Janet E., "The Pre-eminence of Autonomy in Bioethics", in ODERBERG, David S., LAING, Jacqueline A. (eds.), *Human lives: critical essays on consequentialist bioethics*, New York, Palgrave Macmillan, 1997, p. 182-195.

SPAEMANN, Robert, *Grenzen. Zur ethischen Dimension des Handelns*, Stuttgart, Klett-Cotta Verlag, 2002.

_____, „Die Herausforderung der Zivilisation“, in TOLMEIN, Oliver, SCWEIDLER, Walter (ed.), *Was den Menschen zum Menschen macht. Eine Gesprächsreihe zur Bioethik-Diskussion. Mit Beiträge von Hertha Däubler-Gmelin, Robert Spaemann, Walter Schweidler u. a.*, Bd 16, Münster, Lit Verlag, 2003, pp. 11-20.

_____, *Personen. Versuche über den Unterschied zwischen ‚etwas‘ und ‚jemand‘*, Stuttgart, Klett-Cotta, 2006.

THOMSON, Judith Jarvis, "A Defense of Abortion", *Philosophy and Public Affairs*, Princeton University Press, Vol. 1, No. 1 (Autumn, 1971), p. 47-66.

TOOLEY, Michael, "Abortion and Infanticide", *Philosophy and Public Affairs*, Princeton University Press, Vol. 2, No. 1, Autumn 1972, p. 37-65.

_____, *Abortion and Infanticide*, Oxford University Press, Great Britain, 1985.

TORRALBA ROSELLÒ, Francesc, *¿Qué es la dignidad humana? Ensayo sobre Peter Singer, Hugo Tristram Engelhardt y John Harris*, Barcelona, Herder, 2005.

WAGNER-WESTERHAUSEN, Katja, *Die Statusfrage in der Bioethik*, Münster, Lit Verlag, 2008.

WARREN, Mary Anne, "On the Moral and Legal Status of Abortion", *The Monist*, Vol. 57, No. 1 (Jan 1973), pp. 443-61.

WEIKERT, Richard, *From Darwin to Hitler. Evolutionary Ethics, Eugenics, and Racism in Germany*, New York, Palgrave Macmillan, 2006.

WILLIAMS, Thomas D., BENGTTSSON, Jan Olof, "Personalism", *The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Summer 2011 Edition)*, URL = <http://plato.stanford.edu/archives/sum2011/entries/personalism/> consultado em 17.04.2013.